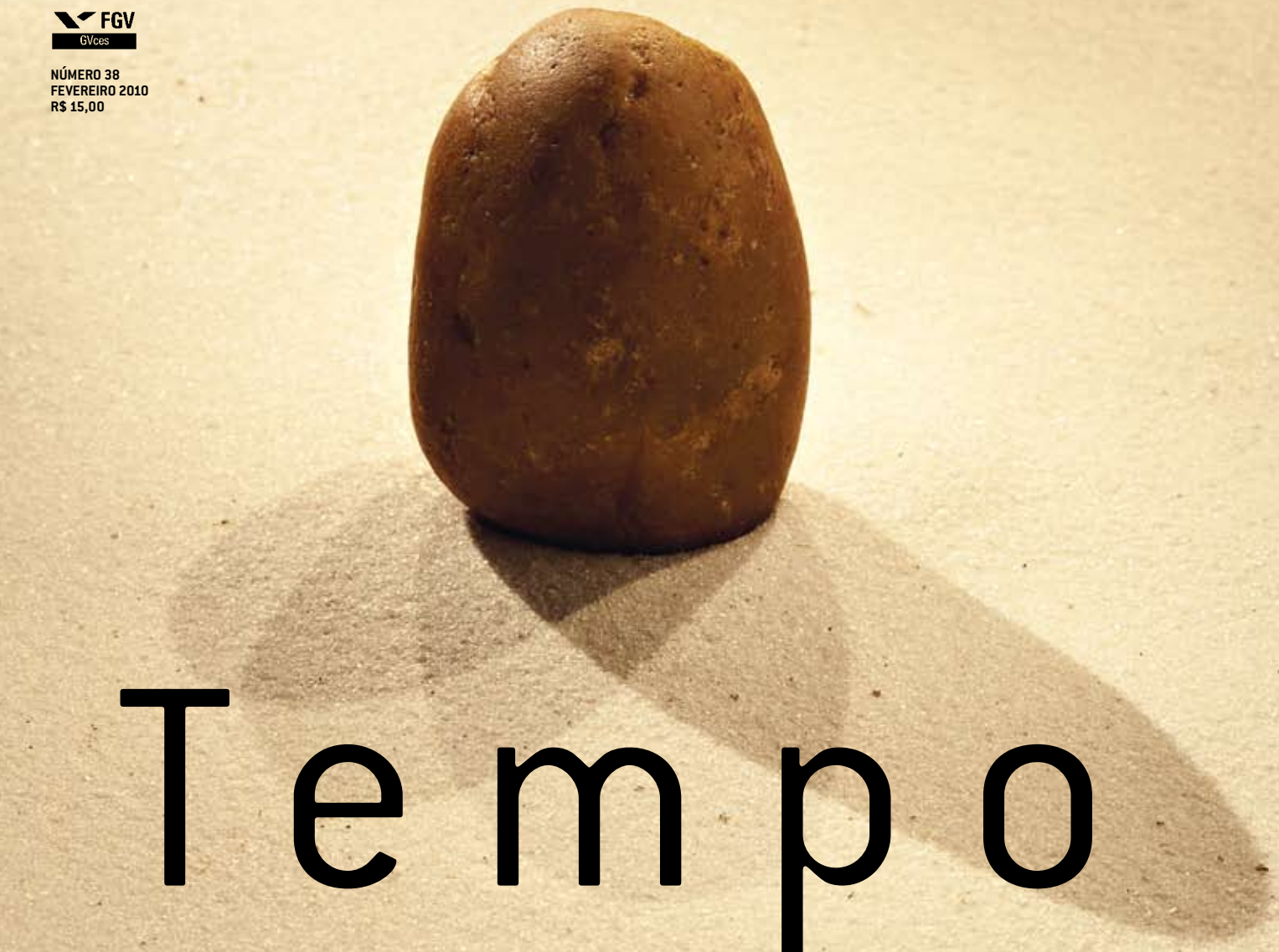
PAGINA 22
INFORMAÇÃO PARA O NOVO SÉCULO

FGV GVces

NÚMERO 38
FEVEREIRO 2010
R$ 15,00

ISSN 1982-1670



Tempo

Mais que um recurso não renovável

EVOLUÇÃO Benesses e ciladas da tecnociência na passagem humana pela Terra

TRABALHO Discutir essa relação significa rever a organização da sociedade

SABÁTICOS E AFINS Quando a retirada é a melhor forma de se fazer presente

LICENÇAS AMBIENTAIS A lentidão do cronograma não passa de um ponto de vista

Chegaram os Serviços Van Gogh do Santander.

Aos novos colegas clientes Santander:

Olá, meu nome é Andréa Goulart. Sou cliente dos Serviços Van Gogh e fico feliz que, agora, vocês também podem ser. Quando eu precisei de assessoria imobiliária num domingo, entendi o valor de ter os Serviços Van Gogh.

Agora é a vez de vocês.

Bem-vindos!

Andréa Goulart



Andréa Goulart e Fernando Assinato, clientes dos Serviços Van Gogh.

Agora, cliente Santander também vai entender o valor de ter os Serviços Van Gogh.

Tenha a sua disposição **gerentes preparados para resolver seus problemas das 8h às 24h, 365 dias por ano.** Você recebe assessoria pessoal, por telefone, em um Portal de Investimentos e até em um programa de rádio. E o que é melhor: a mensalidade dos Serviços Van Gogh inclui a possibilidade de você ter **2 cartões Platinum, um Visa e outro MasterCard, com uma única senha e podendo escolher o limite de cada um, e até 10 adicionais**, além de 240 espaços diferenciados para seu conforto. ***Junte-se a nós.***



Santander VAN GOGH

Valorizando ideias por uma vida melhor.

Converse com o gerente ou acesse www.santander.com.br/vangogh
Superlinha (opção 9): 4004-3535 (capitais e regiões metropolitanas) ou 0800-702-3535 (demais localidades).
Oferta de cartões válida apenas para clientes Santander.

Editorial

Slow news

Embora seja o tempo a espinha dorsal de nós mesmos e o elemento mais fundamental do mundo em que vivemos, travamos uma conflituosa e atribulada relação com ele. No lugar de "com ele", leia-se conosco e com nosso meio.

Gigantes da tecnologia, mas pigmeus da temporalidade – como define Hélène Trocmé-Fabre, doutora em Linguística, Letras e Ciências Humanas da universidade francesa de La Rochelle –, cabe a nós refletir sobre o tempo em toda a nossa formação. Seja ela acadêmica, profissional, seja ela afetiva, humana, existencial.

Entendê-lo como a própria vida, e não como um objeto externo, quantificável, comercializável e divisível, perdido entre o excesso de informações e os estímulos e escolhas tantas vezes inúteis de uma sociedade acelerada.

A evolução tecnocientífica nos levou a um sistema de grande escala econômica e alta entropia, de sofisticada conectividade e perigosa afluência. Mas é preciso saber aonde pretendemos chegar com tudo isso. O que no fundo queremos conservar?

Assim como do fogo e da roda, não podemos mais abrir mão dos meios de comunicação e toda a sua revolução digital e ciberespacial que parece fazer o mundo dar muitas voltas por minuto. Este é o mais novo capítulo na história da espécie humana. Mas como disse um dos entrevistados desta edição, o palavrório é a melhor forma de não dizer nada. A capacidade de edição torna-se essencial, disse outro.

Em Página22, propomos uma comunicação para buscar o essencial. Para aprofundar, não para dispersar. Para assimilar, não para dissipar. O jornalismo como ferramenta de reflexão, em que a qualidade suprime os excessos. O jornalismo que se permite tempo – a si mesmo e a seus leitores. Quem sabe uma pequena inspiração para que a sociedade busque o mesmo, a sua capacidade de edição.

Boa leitura

PAGINA 22

ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS
DE SÃO PAULO DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
DIRETORA Maria Tereza Leme Fleury

FGV GVces
Centro de Estudos em Sustentabilidade da EAESP

COORDENADOR Mario Monzoni
COORDENADORA-ADJUNTA Rachel Biderman
JORNALISTAS FUNDADORAS Amália Safatle e Flavia Pardini
EDITORA Amália Safatle
REPÓRTER Carolina Derivi

EDIÇÃO DE ARTE Vendo Design
Dora Dias (*editora de arte e ilustrações*), Leandro Furini,
Marcius Marques, Mauricio Marques,
Michel Rodrigues (*tratamento de imagens*)
www.vendoeditorial.com.br
EDITOR DE FOTOGRAFIA Bruno Bernardi
REVISOR José Genulino Moura Ribeiro
COORDENADORA DE PRODUÇÃO Bel Brunharo

COLABORARAM NESTA EDIÇÃO Ana Cristina D'Angelo,
Daniela Gomes Pinto, Eduardo Shor, Flavia Pardini, João Meirelles Filho,
José Alberto Gonçalves, Maria Lutterbach, Maristela Bernardo,
Natália Suzuki, Ricardo Barretto

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Amália Safatle (MTb 22.790)

MARKETING E PUBLICIDADE
SÃO PAULO: Bernardo Leschziner (11) 8926-1415
e Monica Carboni (11) 8104-1632
RIO: Ricardo Luttigardes (21)9217-3931
BRASÍLIA: Charles Marar Filho (61) 3321-0305
MINAS GERAIS: Alvaro Rocha e Rosina Bernardes (31) 3261-3854
PORTO ALEGRE: Roberto Gianoni (51) 3388-7712
NORTE/NE: Luciano Moura (81) 3466-1308

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
Alameda Itu, 513 - CEP 01421-000 - São Paulo - SP
(11) 3284-0754 / redacao@pagina22.com.br
www.fgv.br/ces/pagina22
IMPRESSÃO NeoBand Soluções Gráficas
DISTRIBUIÇÃO Door to Door Logística e Distribuição

CONSELHO EDITORIAL
Aron Belinky, Cynthia Rosenburg, José Carlos Barbieri,
José Eli da Veiga, Mario Monzoni, Pedro Roberto Jacobi,
Ricardo Guimarães, Roberto Waack

Os artigos e textos de caráter opinativo assinados por colaboradores expressam a visão de seus autores, não representando, necessariamente, o ponto de vista de Página22 e do GVces.

TIRAGEM DESTA EDIÇÃO: 5.000 exemplares

A REVISTA **PÁGINA 22** FOI IMPRESSA EM PAPEL CERTIFICADO, PROVENIENTE DE REFLORESTAMENTOS CERTIFICADOS PELO FSC DE ACORDO COM RIGOROSOS PADRÕES SOCIAIS E AMBIENTAIS

creative commons **PÁGINA 22**, NAS VERSÕES IMPRESSA E DIGITAL, ADERIU À LICENÇA **CREATIVE COMMONS**. ASSIM, É LIVRE A REPRODUÇÃO DO CONTEÚDO –EXCETO IMAGENS – DESDE QUE SEJAM CITADOS COMO FONTES A PUBLICAÇÃO E O AUTOR.

CAPA: FOTO DE BRUNO BERNARDI

Índice







Notas 6

Entrevista 10
Segurança energética e novos negócios são dois fatores preponderantes na nova fase do capitalismo, diz José Eli da Veiga

Abertura 16
Criador e criatura da tecnociência, o ser humano arrisca perder características essenciais na sua viagem evolutiva

Trabalho I 22
Quando o trabalho virou tema central na vida do indivíduo, deixou de libertá-lo para transformar-se em um peso

Trabalho II 28
As mulheres conquistaram independência e sucesso, mas o que querem mesmo é mais tempo e bem-estar

Percepções 32

Entrevistas 34
Nereide Mazzucchelli, consultora; Roberto Messias Franco, presidente do Ibama: visões do licenciamento ambiental, seus prazos e as questões sociais envolvidas

Análise 40

Crônica 41

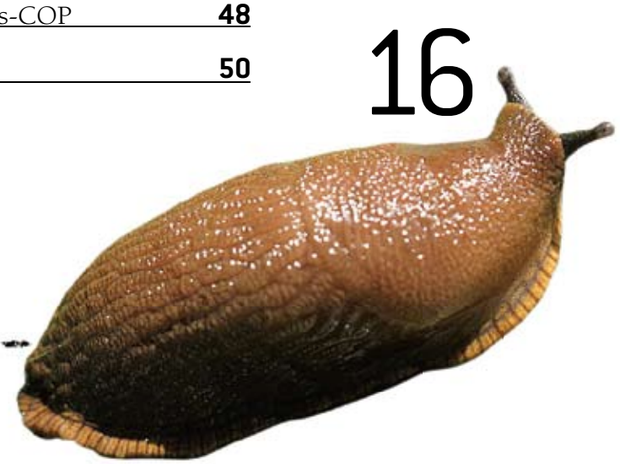
Sabáticos 42
A decisão de parar, o mergulho profundo e, enfim, a emersão: por que se ganha quando se dá um tempo

Radar 46

Coluna 47

Análise Pós-COP 48

Última 50



Notas



[NOVAS MÍDIAS]

Ajuda organizada

O terremoto no **Haiti** é a mais recente adição a uma já longa lista de eventos que reafirma a importância das mídias digitais durante crises. Desta vez, várias iniciativas visam direcionar o uso do Twitter, Facebook e outras "mídias sociais" para organizar os esforços de resgate e reconstrução – e não apenas para informar o público internacional.

Uma delas, chamada *Tweak the Tweet* e promovida pelo Project Epic das universidades do Colorado (em Boulder) e da Califórnia (em Irvine), destina-se a criar uma hierarquia nas *hashtags* do Twitter – palavras antecedidas do símbolo # que ajudam a descrever um termo e permitem que ele seja encontrado por meio de busca. A ideia é facilitar a identificação de mensagens do Twitter por computador para que as informações possam ser automaticamente categorizadas e priorizadas. Mais em http://epic.cs.colorado.edu/helping_haiti_tweak_the_twe.html

Outra inovação é o site Ushahidi, que permite o envio de informações por qualquer pessoa que tenha um aparelho com conexão digital. Ao receber as informações, o Ushahidi imediatamente as insere em um mapa interativo que pode ser visto em qualquer computador ou *smartphone*. No caso do Haiti, o mapa permite à comunidade de ajuda humanitária visualizar as localidades onde a situação é mais urgente, onde há casos de saques ou de contaminação de água. O sistema é *open source* e qualquer pessoa pode contribuir para melhorá-lo. Confira em http://www.ushahidi.com – ***por Flavia Pardini***

[LEGISLAÇÃO]

Construindo em rede

O acesso e o uso da internet se intensificaram no Brasil nos últimos 15 anos. Nesse ambiente em expansão, a pornografia infantil, a falsificação e a fraude se adaptaram ao universo digital e a ausência de leis dificulta a punição desses crimes. Do outro lado, empresas de internet põem em risco seus investimentos em razão da falta de regras claras sobre como regulamentar os serviços.

Diante disso, o Ministério da Justiça, em parceria com a Escola de Direito do Rio de Janeiro da FGV, iniciou uma construção colaborativa do marco civil regulatório para a internet brasileira. O projeto está em sua segunda e última fase e deve ser concluído no final de fevereiro deste ano para, então, ser enviado à votação no Congresso Nacional.

Desde outubro do ano passado, o público pode participar do processo por meio de um portal (http://culturadigital.br/marcocivil/) dedicado ao projeto.
Os internautas fazem comentários sobre um texto-base, que trata de temas como a privacidade, a liberdade de expressão e o acesso a informações. Toda essa contribuição é sistematizada para a elaboração de um texto final.

AI-5 Digital

Até então, as tentativas de legislar sobre a rede versaram de forma restritiva, colocando barreiras severas para seus usuários. Um dos exemplos disso é o Projeto de Lei 89/2003, do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), chamado de "AI-5 Digital" por seus opositores. O PL propõe novas formas de punição e endurece aquelas já existentes, além de impor medidas restritivas ao público.

Para Guilherme de Almeida, assessor da Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça e coordenador do projeto, o marco civil deve estipular e proteger os direitos do usuário e não tratá-lo *a priori* como criminoso. "Há uma demanda por garantir um ambiente colaborativo e seguro, que o respeitasse e não ignorasse a natureza democrática e aberta da internet", considera. – ***por Natália Suzuki***

[PESQUISA]

Câmeras pra que te quero

Para muita gente, **câmeras de segurança** em lugares públicos são apenas a materialização do Big Brother, ditador que no livro *1984*, de George Orwell, mantém a população sob constante monitoramento. Mas, para um grupo de pesquisadores americanos, elas são uma mão na roda que facilita o estudo dos efeitos das mudanças climáticas sobre o crescimento das plantas.

Atualmente, para acompanhar eventos cíclicos na vida das plantas e saber como eles são influenciados por variações sazonais ou interanuais no clima, os pesquisadores dispõem de métodos manuais para áreas pequenas, e de sensoreamento remoto via satélite, com baixa resolução, para áreas grandes.

Segundo os autores de um artigo recém-publicado na revista *Global Change Biology*, as câmeras usadas em aeroportos, parques nacionais e rodovias – e em geral conectadas à internet – são uma boa maneira de gerar dados complementares. Eles avaliaram imagens feitas duas vezes por dia ao longo de 2008 e 2009 por 1.141 câmeras públicas georreferenciadas nos EUA, selecionaram 30, e compararam com os dados de satélite para as mesmas regiões – tudo com o objetivo de detectar as mudanças fenológicas das plantas relacionadas à primavera. Com as câmeras, houve menos dias em que a qualidade dos dados foi ruim – os dados de satélite sofrem quando há, por exemplo, nuvens – e foi possível estimar com mais precisão a chegada da primavera. Segundo os pesquisadores, as câmeras são um recurso disponível e ainda não explorado para ajudar no monitoramento ambiental e ecológico de grande escala. E, diga-se de passagem, um bom uso do dinheiro público. (***FP***)



[INOVAÇÃO]

Campinho eletrizante



Uma ideia brilhante pode acabar sendo literalmente brilhante. Capturar a energia do **impacto de uma bola** de futebol – que em geral se perde quando ela é chutada, driblada ou lançada em direção ao gol – e armazená-la para que seja usada posteriormente. É o que pretende desenvolver o s0ccket (http://www.soccket.com), um projeto iniciado por quatro alunas de engenharia da Universidade Harvard para oferecer uma fonte limpa, barata e simples de energia para uso imediato em regiões como a África, onde grandes parcelas da população ainda vivem sem acesso à rede de eletricidade. A energia da bola seria suficiente, esperam as moças, para recarregar a bateria de um aparelho de celular ou manter acesa por 3 horas uma lâmpada LED. O projeto ainda está em fase de protótipo, com testes na África do Sul e no Quênia, mas promete – imagine a energia gerada nas peladas, praias e campinhos Brasil afora. Resta saber, depois do jogo, quem vai ganhar a briga para levar a bola para casa. (***FP***)

FALA, LEITOR *Histórias e ideias de quem lê* PÁGINA22



Quando não aguentava mais o ritmo de São Paulo, onde, diga-se, era bem-sucedido e passara os últimos nove anos na área de produção de eventos, Mauro Soares doou sua empresa aos cinco funcionários e colocou o pé na estrada. "A família achou que eu estava louco, mas, apesar do sucesso da produtora, eu estava bem insatisfeito e achei que devia conhecer outros lugares", conta o carioca de nascimento, filho de pai militar.

Passagens pelo Pantanal, Delta do Parnaíba e outras regiões brasileiras, onde a natureza contagia e impressiona, levaram o então produtor de eventos a participar da Eco-92, no Rio de Janeiro. "Decidi ali que ia estudar e trabalhar com ecologia e mudar minha vida." Terminada a conferência, voltou à estrada e parou em Alto Paraíso, na Chapada dos Veadeiros, em Goiás.

Lá se vão 19 anos de vivência e aprendizados, primeiro, como guia de turismo local, passando por organização de jovens, por meio da arte-educação para preservação ambiental, casamento, filhos, voluntariado, integração das comunidades das cidades na região do parque, e até mesmo e experiência como secretário municipal do Meio Ambiente. "Parecia que eu vivia mais intensamente que em São Paulo, mas também percebia que havia transformado muito minha vida." Um dos momentos mais emocionantes, conta, foi quando praticamente realizou o parto da terceira filha, que chegou de modo inesperado. A parteira chegou um pouco depois para cortar o cordão umbilical.

A experiência no poder público municipal levou a redes internacionais ligadas ao meio ambiente, viagens para consultoria e participação em eventos ligados à sustentabilidade no Japão, na Espanha, na África do Sul. "O trabalho local me abriu as portas do mundo", diz Mauro.

Para ele, que se considera consultor polivalente nas áreas ambiental, de educação, cultura e segurança pública, o que o moveu até agora é a cultura de paz. Acaba de concluir seu primeiro livro, *Por Um Mundo Melhor*, em busca de editora interessada. (***ACD***)

SE VOCÊ DESEJA PARTICIPAR DESTA SEÇÃO, ESCREVA PARA REDACAO@PAGINA22.COM.BR E CONTE UM POUCO SOBRE VOCÊ E SEUS PROJETOS.
PARA SE COMUNICAR COM MAURO SOARES, ESCREVA PARA MAUROSOARES.P@BRTURBO.COM.BR

PÁGINA CULTURAL

POR ANA CRISTINA D'ANGELO

Que carnaval você sonha em viver na Bahia?

A Secretaria de Estado da Cultura da Bahia está preocupada com a perda de identidade do carnaval local. A festa que começa daqui a pouco atrai milhares de turistas brasileiros e estrangeiros, com um potencial turístico e econômico gigantesco. Mas parece que tal proporção não está agradando a todos. O governo propõe que a população do estado e interessados em geral deem palpite sobre este que é o maior patrimônio da cultura baiana. "Muito se fala, se faz, se canta, se celebra sobre o carnaval da Bahia. Queremos trabalhar intensamente para melhorar, reconhecer, valorizar essa festa, garantir que ela se expanda, mas sem perder sua identidade e características essenciais", diz o chamado virtual.

A expectativa é receber opiniões, críticas e propostas da população, os verdadeiros "fazedores" dessa grande festa. Que carnaval você sonha viver na Bahia? O que é o carnaval baiano para você? Do que você sente falta? O que e como você faria diferente? Como ele poderia ajudar mais a Bahia e o Brasil?



Não precisa ser baiano para responder. Chamadas criativas, *podcasts*, vídeos, textos, cartazes, fotos e músicas criadas sobre o tema serão remunerados pelo projeto. Para se manifestar, mesmo que você nunca tenha participado dessa festa, acesse http://eletrocooperativa.org.br.

Cultura no mapa de Cidade Tiradentes

Dança, teatro, artes plásticas e cinema são algumas das opções culturais que podem ser encontradas... sim, em Cidade Tiradentes, bairro do extremo leste de São Paulo. E para vasculhar o que de melhor se produz por lá, nada melhor que um mapa. Fruto de um ano de trabalho, o Mapa das Artes (www.cidadetiradentes.org.br) é resultado do projeto elaborado pelo Instituto Pólis com apoio do Centro Cultural da Espanha em São Paulo. O Mapa contribui para o fortalecimento da cidadania dos moradores de Cidade Tiradentes, ao mesmo tempo que revela e potencializa os saberes, fazeres e poéticas culturais do bairro por meio da ampliação da visão dos próprios agentes locais sobre suas práticas. Virtual e interativo, é organizado sobre um mapa físico e geográfico da cidade. Nele é possível localizar pessoas, grupos, espaços e eventos relacionados às linguagens da música, dança, audiovisual, artes plásticas, literatura e teatro. A ideia é que toda a comunidade de Cidade Tiradentes possa participar e acrescentar novos personagens para compor esse mosaico de atividades culturais.

COMO FAZER UMA RÁDIO COMUNITÁRIA

Para fazer Rádio Comunitária com "C" Maiúsculo é uma cartilha que está disponível para *download* (em PDF) em http://webresearch.files.wordpress.com/2009/07/cartilha.pdf.

Ideia do programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da UFRGS e do mestrando do programa Rodrigo Jacobus, a cartilha traz um histórico das rádios comunitárias, questões da legislação e fornece informações de como montar uma emissora. O projeto está sob licença da Creative Commons e o arquivo pode ser distribuído gratuitamente com a mesma licença. Baixe seu exemplar e redistribua a cartilha, reforçando o acesso livre à informação.



A Arte do Barro e o Olhar da Arte

Eles se conheceram em 1947 em Pernambuco e se apaixonaram: o fotógrafo e pesquisador francês Pierre Verger e o ceramista, músico e animador de festas Mestre Vitalino. Uma exposição em cartaz até 25 de abril no Museu Casa do Pontal (Estrada do Pontal, 3.295, Recreio dos Bandeirantes, Rio de Janeiro) é o registro dessa paixão recíproca pela arte popular. Verger fotografou minuciosamente o processo de modelagem da cerâmica. Acompanhou Vitalino na coleta do barro no rio e depois cada etapa de feitura da obra. Registrou a obra sendo posta no forno a lenha e, depois de pronta, seguiu até o local de venda, na famosa Feira de Caruaru. Para a curadora do Museu Casa do Pontal, Angela Mascelani, "hoje Mestre Vitalino seria compreendido como um verdadeiro artista multimídia". A exposição apresenta 81 fotografias de Verger e uma refinada seleção de esculturas de Vitalino.

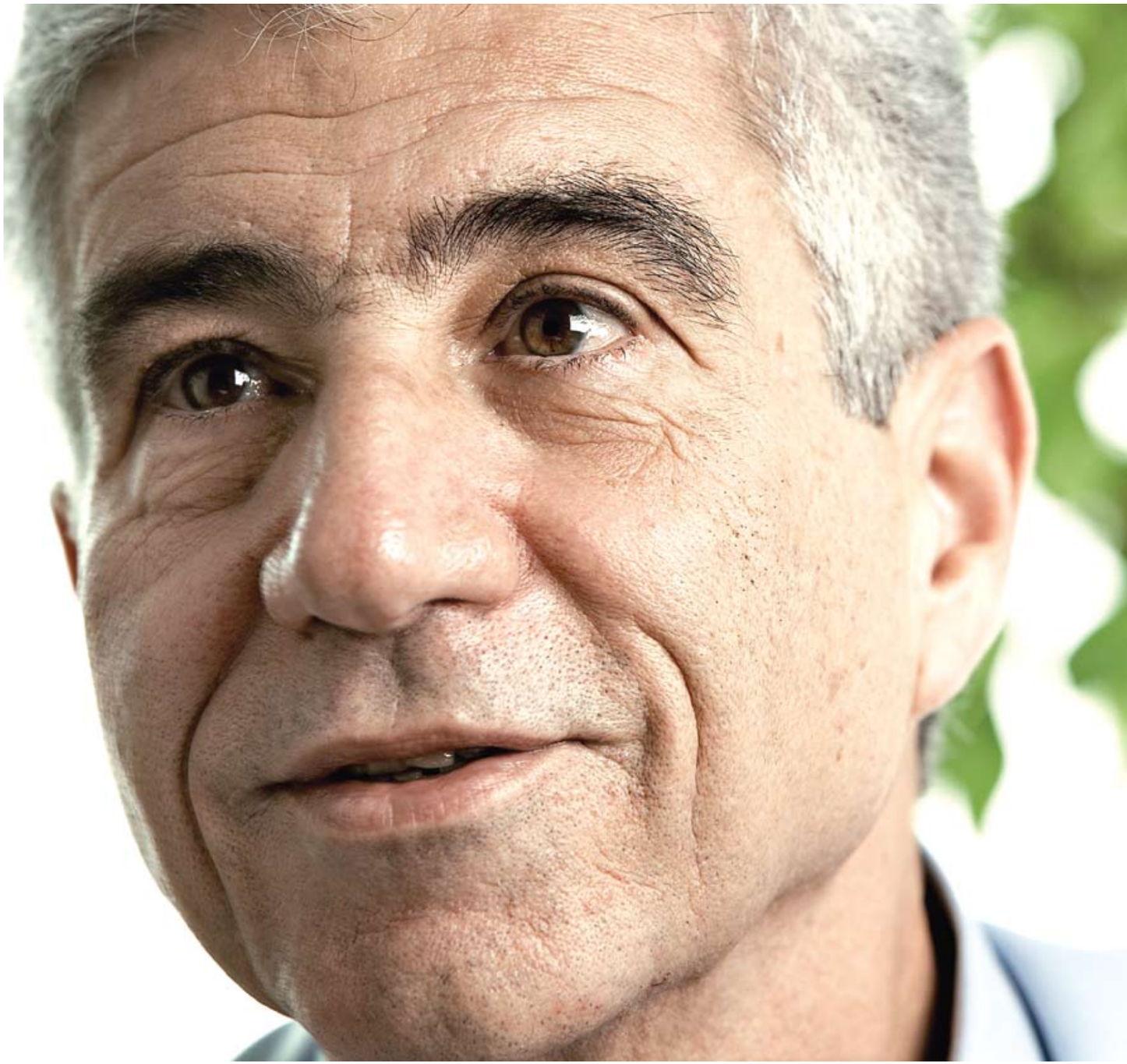
POR Carolina Derivi FOTO Bruno Bernardi

Bola pra frente

A COP 15 terminou sem acordo vinculante e os lamentos ainda se fazem ecoar pelo mundo. Mas, para o economista José Eli da Veiga, as negociações diplomáticas não são o único nem o principal vetor de impulso para a superação das energias fósseis. Segurança energética e novos negócios são dois fatores preponderantes para a próxima fase do capitalismo. Mesmo que o primeiro seja limitado pela falta de alternativas tecnológicas, o segundo é impulsionado por ela. E ainda corre por fora a possibilidade das barreiras tarifárias de justificativa climática. Embora controversa, a proposta já conta com a aprovação da Organização Mundial do Comércio (OMC) e poderia vingar na ausência de um acerto internacional.

Professor titular da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA-USP) e um dos principais especialistas brasileiros em ecodesenvolvimento, Veiga analisa ainda o posicionamento de EUA, China, Índia, Europa e Brasil na geopolítica do clima. Para o autor de *Mundo em Transe – do aquecimento global ao ecodesenvolvimento*, o mais recente de 18 livros, o sistema de governança global dá sinais de estafa, mas poderia ser aprimorado se o G-20 assumisse a costura de um acordo antes das negociações na Convenção do Clima. (*mais sobre acordo global do clima à pág. 48*)

Nesta entrevista, Veiga reflete sobre o tempo de definição em cada um dos prazos estabelecidos pela perspectiva global da crise climática – 2020, 2050 e o fim do século. Cada período guarda seus próprios desafios e, certamente, muitas surpresas.



Qual é a influência do fracasso da Cúpula de Copenhague sobre a descarbonização da economia mundial? Para os países que estão adiantados na corrida tecnológica pelas novas soluções altera muito pouco, porque eles se pautam meio que por ganhar tempo. Então poderia ter sido melhor o resultado, no fundo. Para os países que, ao contrário, tinham de ter entrado no jogo, isso é ruim, porque os deixa outra vez livres sem nenhum constrangimento de ordem internacional que os faça ir além daquilo que eles já estavam dispostos a fazer. De qualquer forma, é um ano. Em princípio, ainda tem aí essa possibilidade de que em dezembro se resolva o que não foi resolvido em Copenhague, então, um ano é pouco num processo como esse.

Como são os sinais desses países que estão na liderança? O desenvolvimento pleno de uma economia verde é algo previsto para as próximas décadas ou apenas para um futuro distante? A dificuldade é que a gente pensa no longo prazo, por exemplo, em um século. Afinal, o compromisso principal é não deixar que a temperatura aumente mais de 2 graus. Não é 2020 ou 2050, é em relação ao que era no nível pré-industrial, é uma coisa secular. Nesse prazo, uma coisa que a gente nem sabe direito se pode acontecer, mas que pode até ser cogitada, é a fusão nuclear, que resolveria tudo. No prazo de um século, talvez pinte. Normalmente, os cientistas que entendem do assunto falam que no meio do século a gente teria alguns resultados. Depois, tem outras coisas, do tipo: imagine que a gente explorasse as energias solares não do jeito que está sendo feito, mas aproveitando todo o investimento tecnológico no espaço. Hoje em dia, isso está muito avançado para alimentar os satélites, que acumularam energia solar suficiente para continuar funcionando. Será que um dia nós vamos poder usar aqui uma energia captada lá? Também é uma especulação de muito longo prazo. Eu até diria que, como o prazo de esgotamento do triângulo fóssil – petróleo gás e carvão – varia entre 40 e 130 anos, então também nesse prazo alguma alternativa será criada. Ninguém é capaz de dizer com certeza qual vai ser a solução.

> “Para se chegar a um bom acordo sobre clima, tem de ser costurado antes da reunião. O G-20 é uma instância que permitiria isso, mas ainda não assumiu essa questão”

Mas esse caminho de redução de intensidade de carbono é irreversível, considerando a finitude dos recursos fósseis? Aí é que está, porque, quando falamos em intensidade de carbono, a gente está fazendo uma comparação entre o quanto de emissões você tem por unidade de produção, medida pelo PIB. Isso vem caindo muito no mundo inteiro. Mesmo em países sujos como a China caiu muito e vai continuar caindo. Até por isso quiseram que a meta deles fosse colocada nesses termos. Isso é efeito de uma eficiência tecnológica maior, mas, paralelamente, você tem crescimento populacional e crescimento de padrões de vida. Então, isso mais do que compensa a economia. A intensidade pode estar caindo muito, mas o volume das emissões pode continuar aumentando, então não resolve o problema. A queda da intensidade é positiva, mas ela sozinha não resolve.

Tem gente que tenta enfatizar muito a mudança de comportamento, que também influenciaria. Hoje, a mudança desses comportamentos poderia permitir uma eficiência energética maior e até diminuir a necessidade de energia. Só que, ao mesmo tempo, existem autores mostrando há algum tempo que, quando você obtém essa eficiência em alguma coisa, isso também é compensado por um *rebound effect* (*efeito ricochete*). Se troco um carro que emitia pra burro por outro que quase não emite, isso me dá uma eficiência energética, eu gasto menos para encher o tanque e essa economia no fim do ano me leva às Maldivas para passar férias. Ou seja, você pode ter uma economia por causa de maior eficiência energética, só que essa poupança vai se transformar em outro gasto que puxa a energia. Os estudos até agora feitos mostram que isso é muito importante e que esse é um dos motivos que fazem com que a redução das emissões não se verifique na mesma proporção que a chamada intensidade diminui.

A COP 15 levantou grande expectativa, causando até a impressão de que seria o principal momento para que o mundo decidisse seguir por um caminho ou por outro. Existem outros processos tão importantes quanto as COPs? Até que ponto a via diplomática é a principal? Se eu olho para o processo de descarbonização, acho até que outros dois vetores que não são as negociações internacionais são mais importantes. As grandes potências levam muito a sério seu problema de segurança energética. As soluções que eles encontraram durante o século 20 não podem se manter durante muito tempo e por isso Barack Obama tem um plano bem diferente em relação àquilo que foi a opção anterior dos EUA. O que eles fizeram? “Bom, nós vamos precisar de muito mais energia do que a gente tem, vamos ficar meio dependentes do Oriente Médio, mas, tudo bem, na hora em que eles não se comportarem a gente faz uma guerra.” Essa fórmula já esgotou. Agora eles estão com esse problemão do Iraque e do Afeganistão e não há muita possibilidade que eles inventem uma guerra no Irã. Então, conseguir mais segurança energética e quebrar essa dependência em relação ao petróleo importado é um plano estratégico dos EUA.

Além disso, já que muito antes de acabarem o carvão e o petróleo a substituição por outras soluções em energias renováveis vai ocorrer, há grandes oportunidades de negócios. E isso move muito mais a sociedade do que saber se vai ter acordo.

Esses dois vetores – segurança energética e novos negócios – contrabalançam a dificuldade que há no plano internacional. Como as grandes potências são movidas mais por esses vetores, nas negociações internacionais elas tentam fazer um jogo que as favoreça nesses dois outros planos. Mas acho que grande parte dos analistas concorda que essa fórmula de negociação em que você tem de ter unanimidade de 190 e tantos países sobre aquilo que vai ser proposto dificulta muito.

Diferentemente do que aconteceu com o ozônio, desde o início, as Nações Unidas colocaram a questão do aquecimento global no plano da Assembleia-Geral e não do Pnuma. E isso foi aprofundado quando a convenção optou pela expressão ‘desenvolvimento sustentável’, que é uma coisa muito mais ampla e mais vaga do que a questão ambiental em si. Se você não diz que é ambientalismo, mas desenvolvimento sustentável, você tem de entrar nessa discussão do direito dos povos ao desenvolvimento e complicou bastante.

Alguns analistas sérios acham que esse caminho não vai dar em nada, não é só em Copenhague. Era natural que se tivesse criado uma grande expectativa em relação a Copenhague. Na época da convenção, a opinião pública mundial e mesmo os governos não estavam assim tão convencidos. E na época do Protocolo de Kyoto também não. Já de 2007 pra cá é que a coisa começou a virar e aí então cresceu muito a atenção em relação a essa questão mundial, dos vários ângulos. Como o Protocolo seria reformulado, ou coisa do gênero, em Copenhague, criou-se toda a expectativa em torno disso. O resultado pode indicar que a fórmula criada pela comunidade internacional é inviável. Se for mesmo, essa convenção vai falir. Se isso acontecer, esses analistas dizem que alguns países no futuro podem tomar atitudes unilaterais, por exemplo, com o uso da geoengenharia, que seria principalmente colocar partículas na estratosfera, de modo a aumentar a refletividade da Terra. Se fizer isso, depois você vai ter de manter, não tem como voltar atrás. E se tiver efeitos negativos? É tanta incerteza...

> “Em 2020, as novas fontes de energia ainda não serão competitivas. Neste prazo, tenho a impressão de que haverá um renascimento da tecnologia nuclear”

O G-20 vai se consolidar como principal fórum das mudanças do clima? Nesse sentido, se a política de governança global se mostra tão falha, não só na questão do clima, mas no combate à fome, na Rodada de Doha, e mais recentemente o Haiti, existe algum modelo que se anuncia como alternativa? Eu não acho que essa hipótese existe. Vai ser a ONU. Quando você já entrou por um caminho como esse, não tem mais como mudar. A questão é a seguinte: para você chegar a um bom acordo numa reunião desse tipo, ele tem de estar costurado antes. O G-20 é uma instância que permitiria isso. O G-20 foi criado mais voltado só para a questão financeira e funcionou, não é? Quando as diferenças estavam na ponta da crise e ninguém conseguia enxergar direito o que estava acontecendo, o acerto entre Europa e EUA foi feito no G-20, com a presença da China. Mas ele não assumiu a questão climática e o motivo ainda não está claro. Do jeito que os países chegaram a Copenhague, tinha tudo para dar errado. Qualquer reunião internacional que vá exigir consenso, o que na verdade é uma unanimidade, seja qual for o assunto, ou você preparou isso bem antes e no máximo você tem de fazer algumas concessões e correções, ou é melhor nem fazer a reunião.

Se a negociação for entre países centrais, as necessidades das nações pobres não poderiam ser comprometidas? Com certeza. Mas no G-20, por exemplo, você não tem só os países centrais. Estão muito bem representados os chamados emergentes. Então, de fato, você ainda tem fora do G-20 uma série de países que podem ser vítimas do aquecimento global. Mas eles não têm nada para oferecer, ninguém vai pedir pra eles reduzirem emissões. Eles vão reivindicar mais grana para adaptação. Isso não é difícil. Muito mais difícil é convencer a China ou a Índia a cortar emissões.

Pouco antes da COP15, a China se comprometeu a reduzir entre 40% e 45% a intensidade de carbono até 2020, o que na prática significa mais que duplicar as emissões. Por outro lado, assinou um acordo de cooperação tecnocientífica com os EUA. O interesse chinês em novas fontes de energia é maior do que levam a crer as metas anunciadas? Aparentemente, em 2020, as novas fontes de energia ainda não serão competitivas. Embora o custo da solar, eólica e geotérmica vá cair muito nesses anos. Neste prazo, tenho a impressão de que vai ter um renascimento da energia nuclear e uma ascensão da CCS (*captura e armazenamento de carbono, na sigla em inglês*) principalmente voltada ao uso do carvão. Como o carvão vai durar 130 anos e está espalhado, a China e a Índia não vão abrir mão de usá-lo. A CCS custa muito caro e é uma tecnologia muito nova. Então eles vão dizer o seguinte: “Tudo bem, vocês pagam, a gente faz”. A discussão é mais essa, nesse prazo. A mesma coisa em relação à tecnologia nuclear.

Os chineses, enquanto resistem em Copenhague, estão fazendo proezas tanto na eólica quanto na solar. E lá é tudo em escala imensa. No entanto, não dá para comparar o sistema tecnológico e científico da China com o da Alemanha, por exemplo. Essa coisa de enterrar carbono é complicada porque em vários casos, tanto na Alemanha quanto na Inglaterra, as populações locais se revoltaram, mais do que contra a energia nuclear. Mas esse tipo de coisa não vai ter na China. Eles vão fazer e pronto.

A meta de corte de emissões que tramita no Congresso americano é tímida se comparada à da Europa, por exemplo (*cerca de 3% ante 20% até 2020*). Se aprovada, a nova lei teria que tipo de impacto

sobre os EUA e o mundo? A lei proposta é tão complexa que eu mesmo não consegui ler até o fim. Acho que no início tinha 900 páginas, agora já está em 1.400. Não é só essa meta que está lá. O importante é que os EUA façam uma inflexão. Se eles fizeram uma inflexão – "nós não queremos mais continuar na trajetória em que tudo está baseado nas energias fósseis e vamos num sentido diverso e isso estará previsto por lei" –, isso para mim é muito mais importante do que saber a meta. Infelizmente, a discussão ficou muito centrada num joguinho, uma espécie de competição de metas. Uma coisa é falar que podemos chegar a quase 40% porque, se parar só o desmatamento, já resolveu. Mas nos países em que a questão central é fazer a transição das energias fósseis e se ninguém enxerga qual é a tecnologia... Eu acho um pouco irresponsável a crítica à lei do Obama. A minha impressão é que isso vai dar aos EUA uma força tão grande quanto a Europa adquiriu quando lançou aquela proposta de 20-20-20 (*20% de redução de emissões e 20% de incremento em eficiência energética até 2020*). Pegando só pela questão da meta eles não teriam, porque é menos que a da Europa. Mas acho que vão surgir muitas outras coisas.

> "O importante é que os EUA façam uma inflexão. Não é só a meta. A nova lei daria a eles força tão grande quanto a Europa adquiriu quando lançou a proposta de 20-20-20"

Qual o melhor modelo: o *cap-and-trade* americano ou as taxas sobre carbono da França? Há um vastíssimo debate sobre isso. Tendo já um sistema de cap-and-trade europeu, a França determinou que os setores que já estão nesse modelo ficariam isentos da taxa e isso foi considerado inconstitucional no finzinho do ano. Em todo caso, a maior parte dos economistas é mais simpática à taxa ou imposto, porque é uma coisa mais conhecida. O *cap-and-trade* depende de muita engenharia institucional para funcionar. Até agora a experiência exitosa foi no caso da chuva ácida, mas havia pouquíssimos emissores e a tecnologia era conhecida. Então, era dar um prazo para que as empresas retardatárias adquirissem a tecnologia. Não é caso para o aquecimento global. Você não sabe qual é a tecnologia e não são poucos emissores. Tanto é que o *cap-and-trade* que já está funcionando pega só uma parte da economia. Não tem como funcionar para as residências ou o sistema de transporte como para a indústria pesada. Tem uma terceira ideia que surgiu nos EUA, chamada *cap-and-dividend*. Você taxa fortemente através de leilão de permissões e tudo o que for arrecadado é devolvido de forma igualitária. Isso era uma proposta das ONGs e agora virou um projeto de lei razoável. O grande problema desses países que querem ter um plano razoável é ver o que eles fazem com os setores da economia que não tomam parte do *cap-and-trade*. E aí eu tenho a impressão de que a melhor solução é a francesa, que já tinha sido adotada nos países escandinavos, por exemplo, na Noruega.

Na ausência de um acordo global diplomático, a crescente discussão acerca de taxas no comércio internacional sobre produtos de países que não comprovem esforços para reduzir as suas emissões pode ser o principal vetor de inovação? Na realidade é a possibilidade de criar barreiras comerciais. De um lado, a OMC e o Pnuma fizeram uma relatório em que eles mostram que a coisa já está mais ou menos acertada. Se um país adota uma legislação em razão de um plano de contenção, ele pode ter o direito de dizer que mercadorias foram produzidas em condições de total liberdade de emissões terão uma taxa alta de importação. Basta que o país prove que não está fazendo nada de discriminatório, que isso não é um pretexto. É como se já existisse uma jurisprudência. Mas o que pode complicar muito tudo é a tese que a China andou desenvolvendo e que a Índia aproveitaria. Eles dizem o contrário: o pouco de redução que teve na Europa é porque eles na verdade transferiram a produção de um monte de coisas para a China e estão importando barato. Se eles fizessem, as emissões teriam sido lá. Então, eles fizeram os cálculos e chegaram à conclusão de que 70% das emissões chinesas poderiam ser atribuídas às exportações. Eu confesso que não sei o que isso pode dar, em termos de conflito na OMC.

Mas e se funcionasse? Acontece que, se houver o acordo, todos esses países emergentes teriam algum tipo de compromisso. Se a China melhorar um pouco a proposta que eles fizeram em relação à intensidade, se a Índia apresentar alguma coisa e isso aparecer no acordo do México, em 2011, ninguém vai poder inventar uma taxa para puni-los, porque eles estarão fazendo a parte que foi acordada na Convenção. Acho que as retaliações comerciais surgem se não houver um acordo.

A participação do presidente Lula nos últimos dias da COP 15 foi muito bem avaliada. O Brasil tem condições de consolidar uma liderança no cenário da descarbonização? Liderança seria uma palavra muito forte. Mas o Brasil mostrou, nos meses anteriores a Copenhague, e em Copenhague, aquilo que todo mundo vinha dizendo que tinha de ter feito há mais tempo, porque o Brasil ficava se aninhando atrás do biombo da China. Ele passou a ter uma atitude propositiva, ousada, avançada, chegou muito bem na COP. E a atuação do Lula foi espetacular, eu acho. Só que, infelizmente, totalmente apagada por uma atuação desastrosa da Dilma (*Rousseff, ministra da Casa Civil*), uma pessoa que não tem tradição nenhuma na área, sempre foi contra. Só que inventaram que ela tinha de ir lá para não deixar que o espaço fosse ocupado pela Marina (*Silva, senadora*). Mas, quando o Lula chegou, realmente, tanto a atitude na reunião que eles fizeram com o Obama quanto aquele discurso que ele fez de improviso foram muito bons. Mas acho que o Brasil só tem um papel realmente de liderança das chamadas potências florestais.

E quanto à transição para o que o senhor chamou de "a nova fase do capitalismo"? Acho que ainda é um *player* de segunda ordem. O jogo todo é entre EUA, Europa e Japão, de um lado, China e Índia do outro. Mas é um problema muito mais sério para eles. O Brasil pode dizer que vai derrubar em 40% a expectativa de crescimento das emissões porque nós vamos ter um plano para a Amazônia e para o Cerrado de reduzir o desmatamento. Outra é dizer que precisa ter CCS para o carvão, uma tecnologia fundamentalmente britânica. Mas é um problema que o Brasil vai enfrentar provavelmente lá por 2020. Quando a gente zerar ou quase zerar o desmatamento, vamos ter um problema parecido com o deles. Tudo bem que a nossa matriz energética é relativamente limpa agora, mas ela tende a sujar, está piorando e tende a piorar mais.

A meta de redução de emissões assumida em lei pelo estado de São Paulo tem que influência sobre o restante do País? É possível São Paulo ir para um lado e o Brasil para o outro? O desafio da meta assumida por São Paulo é muito sério. Nós não vimos ainda o inventário, mas a gente sabe mais ou menos porque tem o inventário nacional. Aqui em São Paulo não é uma coisa tão simples como deter o desmatamento e cuidar da pecuária. Aqui vai ser basicamente transporte e indústria. Sobre influência, a gente já vê sinais disso no Rio e em Minas. No Rio está na mesma linha de fazer inventário e algum tipo de proposta. E no caso de Minas, não chegaram a ter uma lei como esta, mas fizeram um inventário e chegaram à conclusão de que o problema maior deles é com o carvão para siderúrgicas e fizeram uma lei específica, assim como a gente tem, em São Paulo, para cana. Provavelmente vão acontecer coisas semelhantes nos próximos anos nos estados do Sul. No resto do País, acho difícil que seja dada prioridade para esse assunto, até porque em grande parte do País a questão vai ser o desmatamento, o problema é mais agropecuário.

> "Quando zerarmos o desmatamento, vamos ter um problema parecido com o da China. A nossa matriz energética é limpa agora, mas está piorando"

Até que ponto o compromisso paulista é viável, considerando a franca oposição da Federação das Indústrias (*Fiesp*)? Eu acho que a Fiesp se opõe provavelmente por representar os setores mais atrasados das empresas. Tem um grupo de empresas muito grande em São Paulo, principalmente influenciada pelo Ethos, que tem uma visão completamente diferente. Que, pelo contrário, pressionou nessa direção. É o pessoal que já enxergou que, se nos países para os quais eles exportam, ou em princípio terão de estar presentes, essa questão está rolando, eles não podem estar atrasados em relação a isso. Então a lei de São Paulo de certa forma contempla a exigência das empresas mais avançadas. Como vai ser o jogo, que tipo de dificuldades o governo de São Paulo vai ter para pôr isso em prática, acho que nem eles sabem responder. O que é importante que se diga é que a proposta não é do Serra. Na verdade, dentro do governo Serra houve um conflito muito forte entre quem propôs, que foi a Secretaria de Meio Ambiente influenciada pelo Fórum de Mudança Climática, e a Secretaria de Energia.

Tem um técnico envolvido nisso que sempre me procurou, porque ele queria saber se alguém alertava a imprensa. Pelo que eu pude entender, teve uma reunião conduzida pelo (*vice-governador, Alberto*) Goldman em que eles decidiram tirar a meta. Aí a estratégica foi o PV, na Assembleia, fazer uma emenda e, quando foi aprovado, passou o pacote. Mas não teve oposição dos tucanos. Então não é para dizer que os louros não são do governo Serra, mas a história não é tão simples quanto a imprensa passou. Aparentemente, além dessa iniciativa, parece que a participação do Serra em Copenhague foi muito razoável. A questão é se ele vai ouvir algumas pessoas que o assessoram, como o (*presidente do Câmara Técnica de Desenvolvimento Sustentável da Prefeitura do Rio de Janeiro, Sergio*) Besserman e o Roberto Smeraldi (*diretor da ONG Amigos da Terra – Amazônia Brasileira*).

Esta edição gira em torno de uma reflexão sobre o tempo. Na sua visão, o que significa o tempo para a sustentabilidade? A busca da sustentabilidade é uma luta contra o tempo, considerando a urgência de problemas ambientais? Ou o tempo da sustentabilidade é o da oportunidade, a brecha que se abre para rever e aprimorar modelos de desenvolvimento? A própria definição de sustentabilidade ambiental embute uma questão central de tempo. Eu só posso entender o que significa isso se imediatamente raciocinar que nós temos algum tipo de compromisso ético com as próximas gerações. Isso é muito repetido, mas acho que as pessoas não param para pensar suficientemente nisso. O que é que nos faria ter preocupação com as futuras gerações? Por que é que nós deixaríamos de ser imediatistas e pensar que o ideal seria que não tivesse mais pobreza agora? E o que nos faria não pensar só assim, porque as coisas estão ligadas? Alguns dos desastres que a gente está vendo foram por incúria de coisas que não foram feitas anteriormente quando não se pensou no futuro. Por exemplo, São Luiz do Paraitinga estaria lá inteirinha se não tivessem feito tanta besteira. Sustentabilidade ambiental não tem como definir se você não envolver essa coisa intergeracional que bate num problema fundamentalmente ético. Mas nas opções que você colocou, acho que são os dois, tanto uma coisa quanto outra.

SER de fronteira

Refém do próprio triunfo evolutivo, acelerado pela tecnociência, o homem corre o risco de perder suas características mais caras. Mas ainda pode cultivar domínios que resguardem sua essência e existência na viagem pelo tempo

POR **Amália Safatle** # ARTE GRÁFICA **Marcius Marques**

Houve um tempo em que ele próprio era a lesma singrando o azul da parede do quarto de dormir. O espaço era a casa de minha bisavó, em Goiás, e o sono vinha me fechar os olhos que seguiam aqueles rastros prateados, até que lentamente virassem rios de histórias deslizando no altiplano. A infância cintilante, as horas dilatadas, todo o tempo do mundo. Realidade e sonho misturados no quintal onde a gente prospectava pedras preciosas – e parava tudo para admirar a folia de cores que desfilavam nas taturanas.

O velho casarão ruiu, o quintal infinito virou um imóvel delimitado por ruas e seus automóveis, e não se tem notícia de pedra preciosa. Só permanece, mesmo, o tempo, aquele que é do mundo.

O físico e cosmólogo Stephen Hawking remete a Santo Agostinho para dizer que, se o mundo tem um início, este é o início do tempo. "Universo e tempo vieram *ao ser* simultaneamente", recita o astrofísico Amâncio Friaça, do Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas (IAG), da USP. "O tempo é a condição mais fundamental do mundo físico", afirma ele. "Na busca contínua dos princípios, chega-se a um nível em que a massa desaparece, que o espaço desaparece. Mas o tempo, não."

Do ponto de vista filosófico, "o tempo faz parte do 'ser' do homem, é a espinha dorsal da sua própria existência", explica Oswaldo Giacoia Junior, professor de Filosofia da Unicamp e um estudioso de **Martin Heidegger.**

Filósofo alemão, autor de *Ser e Tempo*, é considerado um dos maiores pensadores do século XX. Segundo ele, o "ser" é a essência, o elemento constitutivo de um "ente". O ente, por sua vez, são as entidades existentes, os objetos, os sujeitos (tudo que é é um ente). O homem é o único ente que coloca para si as questões do ser e do tempo



Externalizado, planejável, comercializável e divisível, o tempo perde a dimensão pensada a partir do ser

Kronos, Kayros, Aeon PERCEPÇÕES COMPLEMENTARES DO TEMPO

As percepções sobre o tempo são múltiplas e somente na língua grega compreendem-se três, distintas entre si. Kronos é a palavra que remete ao tempo devorador. Determinado, mensurável, sequencial, não reversível, exigente. Relaciona-se ao que é externo a nós. Leva ao impasse, à obstinação, à morte.

Mas existe também o tempo da oportunidade, do espaço inesperado, do equilíbrio, da conexão conosco, da integração física, afetiva e moral – este é chamado de Kayros, o tempo favorável.

Já Aeon é a plenitude, a eternidade. O tempo suspendido, indeterminado. Não tem antes nem depois. Sem fronteiras, indivisível.

Não são dimensões excludentes, nem uma se sobrepõe à outra, mas simultâneas e complementares.

Na sustentabilidade, por exemplo, a urgência ambiental e a força mobilizadora para agir diante dela remetem a Kronos. Nossa sociedade funciona e produz bens e serviços graças a esse pulsar cronológico. Mas é preciso também dar espaço para Kayros, aquele que abre brechas para a oportunidade. E a busca da essência se dá no plano de Aeon.

Não por acaso, a reflexão sobre o tempo nos pega de jeito, pois traz uma ressonância profunda com essência e existência. Impossível falar de sustentabilidade sem mergulhar nessa reflexão. Ela conduz ao questionamento de como nos relacionamos com o mundo, com todos os entes da natureza, com as pessoas mais próximas e também com nossa própria vida. Não necessariamente nessa ordem, mas ao mesmo tempo.

O fato de sermos essencialmente seres temporais (ou seja, temos a determinação final de ser finitos) causa em nós o que Heidegger chama de angústia. A angústia de ser para a morte. A própria Filosofia originou-se na Grécia ao refletir sobre a mortalidade do homem.

A angústia com a passagem do tempo e a corrida contra ele que a atual civilização ocidental tem travado até as últimas consequências (*como as descritas nas reportagens às págs. 22 e 28*) constituem, portanto, uma crise existencial, conclui Giacoia.

O entretenimento e toda sua indústria, exemplifica o professor, são tentativas escapistas de nos "narcotizar" diante dessa angústia, em vez de lidarmos com ela. "O hedonismo que marca a nossa sociedade é a modalidade contemporânea da alienação", completa. "Em geral, somos pessoas que não suportam o fracasso, o sofrimento e a finitude. Somos imaturos, afetivamente inseguros, incapazes de viver sem alguma adição (*no sentido de vício*)." Até os amigos, diga-se, viraram uma "categoria" que adicionamos em nossas redes sociais virtuais.

O templo de Amaterasu

Na ilha de Isé ergue-se há cerca de 2 mil anos o mais velho templo do Japão, em reverência a Amaterasu, Deusa do Sol no panteão xintoísta. Não que seja uma construção antiga.

É que a cada 20 anos – o período de uma geração – é demolido e reconstruído. Uma forma singela de lembrar o homem da sua finitude, da sua participação efêmera em uma história maior e absolutamente longeva. E de que nada é permanente, a não ser, claro, o tempo, em seu curso irreversível.

As pessoas das aldeias participam da reconstrução, cortam as árvores para obter a madeira, carregam as pedras, transportam todo o material pelos rios e assim se tornam sujeito desse processo natural e contraditório de morte e renascimento.

Contradição, pois, assim como o tempo tem uma face desorganizadora, sob o ponto de vista da Física e da lei da entropia, tem outra organizadora, que apura e sofistica a vida na Terra por meio da evolução das espécies. Quanto mais complexa a vida, mais entropia ela envolve.

A lei da entropia, ou segunda lei da termodinâmica, trouxe, segundo Friaça, do IAG, enormes ganhos conceituais para a Física, ao mudar a noção de tempo. Levantou igualmente reflexões fundamentais para a Economia e a sustentabilidade. Demonstra que, em sistemas isolados, nem toda a energia pode ser transformada em trabalho: há perda de uma parte para o ambiente. Ou seja, a água da chaleira esquenta, mas aquece também a cozinha. O calor que se dissipa jamais retorna à forma original. Ainda que se mantenha a mesma quantidade de energia no sistema, a sua qualidade muda.

Na Física elaborada por Isaac Newton no século XVII, o tempo era reversível: nas fórmulas newtonianas, a trajetória das partículas podia ser seguida perfeitamente de trás para a frente. "Se trocássemos t por -t, daria no mesmo. Assim, passado e futuro seriam indistinguíveis", explica Friaça. "Já a entropia aumenta com o tempo. O futuro distingue-se do passado pelo maior valor da entropia." Por isso, sua lei é também conhecida como flecha do tempo.

A noção da perda irreversível baseou o pensamento do economista ecológico Nicholas Georgescu-Roegen, que apontou um problema de metabolismo da sociedade: quanto maior a escala econômica, ou seja, o tamanho de sua população e seu nível de afluência, maior é a entropia.

Estaria a nossa escala econômica acelerando o futuro?

"Essa discussão teve importância para mostrar que a Economia não está isolada do ambiente e assim desmitificar o moto-perpétuo", diz Andrei Cechin, mestre em Ciência Ambiental pelo Procam-USP e um estudioso do pensamento de Georgescu. A entropia desfaz a ideia de que tudo se recria, de que tudo se recicla. Perdas irreparáveis acontecem pelo caminho.

Ao defender a redução da escala econômica a fim de prolongar a estada do homem na Terra, o economista romeno propõe também uma reflexão ética e temporal: temos a opção de consumir muito agora e deixar as gerações futuras em falta, ou poupar neste momento para que elas possam usufruir depois. "Para Georgescu, nós já fizemos nossa escolha", diz Cechin, e ela não pende para o futuro.

Tecnodependência

Uma escolha da nossa sociedade, sem dúvida, foi a de mergulhar na **tecnociência.** Apostam-se fichas e fichas na tecnologia salvadora da humanidade ante os perigos globais e já não existe nenhum âmbito que não seja tecnologicamente mediado, extrapolando a ideia renascentista de que o homem e sua técnica podem e devem dominar e controlar a natureza.

O próprio tempo se transformou em um objeto, algo externalizado, que assumiu formas mercadológicas. Pode ser comprado e vendido, é divisível, mensurável, planejá-

Por se apoiarem mutuamente, e terem seus processos de desenvolvimento dependentes um do outro, a ciência e a tecnologia, embora distintas, podem ser vistas como uma unidade, na forma de tecnociência

vel (aprenda a gerir seu tempo). Ganhou expressão financeira (tempo é dinheiro). "E perdeu a dimensão ontológica, ou seja, pensada a partir do ser", diz Giacoia.

Gaston Pineau, diretor do departamento de Ciências da Educação e da Formação da UFR Arts et Sciences Humaines, da França, escreve em *Temporalidades na Formação (Triom, 2004)*: "Quando o relógio evolui para o relógio de bolso e o cronômetro, passa a ser a primeira máquina-ferramenta, o primeiro sistema artificial capaz de produzir alguma coisa em série: o tempo".

O perigo da técnica, diz o filósofo e professor da PUC-SP e da Unicamp, **Zeljko Loparic**, é transformar o próprio homem em um produto tecnológico, de fabricação industrial em um mundo artificializado. Isso porque ela consiste em procedimentos de intervenção sobre a natureza, sobre o clima, sobre o processo de nascimento, sobre o código genético, a clonagem. É capaz de modificar seres humanos física e psiquicamente.

Organizador do livro *A Escola de Kyoto e o Perigo da Técnica (DWW Editorial, 2009)*. A Escola de Kyoto, nascida no início do século XX, foi o berço do pensamento filosófico no Japão contemporâneo

Com isso, Loparic afirma que o homem corre o risco de perder as suas características únicas: a liberdade, a consciência de si, a dignidade, a solidão. "Winnicott (*Donald Woods, pediatra e psicanalista inglês nascido no fim do século XIX*) dizia que o homem é um ser inerentemente solitário. Temos um núcleo sagrado que não pode ser conhecido, nem tocado. E nem deve."

Corre o risco de perder também a criatividade. Quando inventa um sistema do qual não pode mais viver sem, a tecnociência, deixa de controlar sua criação, torna-se seu refém. "Hoje, toda a sociedade que não se atualiza na tecnociência não sobrevive. Ou seja, ela passa a dominar o homem, em vez de o homem dominá-la", complementa Giacoia.

Mas ainda há como o ser humano se preservar cultivando o que Loparic chama de "domínios". Pausa: um instante antes que ele pronunciasse, na entrevista, a palavra "infância" como um desses domínios, as imagens da lesma, o rastro cintilante e as brincadeiras no quintal haviam me saltado da memória. Então compreendi perfeitamente quando explicou que a criança não "objetifica" o tempo, não faz dele um objeto. Ela brinca, simplesmente. Inventa o mundo, livremente. Não devemos abandonar essas qualidades só porque nos tornamos adultos responsáveis.

Outros "domínios", enumera ele, são o da arte (ela passa ao largo da objetivação, da finalidade; a arte apenas é), o da amizade, o da presença gratuita, o da capacidade de devoção, o cuidado consigo.

"Na infância, nas relações amorosas, na loucura, na arte, na aventura, nós podemos existir à toa. Isso que nos diferencia das máquinas. Uma máquina não opera à toa, um avião não voa à toa", diz Loparic.

O fogo e a roda

Não que se deva rechaçar a tecnociência. A tecnologia e a ciência, diz o filósofo, são fenômenos dos tempos modernos, constituem os novos capítulos da nossa história no planeta Terra. "Para (*o físico Werner*) **Heisenberg**, o desenvolvimento da tecnociência diz respeito à evolução da espécie humana. Nesse sentido, veio para ficar, assim como não podemos mais abrir mão do fogo, da roda, dos meios de comunicação."

Formulador, em 1927, do Princípio da Incerteza, que afirma a incapacidade de se descrever os movimentos do elétron. Foi um dos fundadores da Mecânica Quântica, que estuda sistemas físicos próximos ou abaixo da escala atômica, de moléculas a partículas subatômicas

Nesse tempo da incerteza quântica, a certeza é de que não há controle. No mundo de partículas aceleradas pela alta conectividade, as ideias sólidas e o pensamento linear derreteram. Sem a linearidade previsível de causa e efeito, fica impossível gerenciar os riscos.

"(*O sociólogo polonês Zygmunt*) Bauman fala que nos tornamos uma sociedade líquida, mas acho que já passamos para o estado gasoso", afirma Ricardo Guimarães, sócio da Thymus, empresa de *branding*. "Não por acaso se fala em volatilidade do mercado financeiro", comenta. A quebra da Bolsa de um pequeno país afeta os mercados globais. Um machucado no dedo mindinho do pé compromete o bem-estar do organismo inteiro. Imaginem as incertezas expressas nos modelos climáticos.

Essa mudança de "estado", diz Guimarães, exige do ser humano uma capacidade crescente de edição e dicernimento, para se localizar, posicionar e fazer escolhas.

Diante de todo o frenesi da sociedade acelerada, do excesso de estímulos e das toneladas de informações nos abarrotando por

Estrangeiros no mundo, resistimos pela capacidade de imaginar o futuro e de ser autocríticos

todos os lados, surgiu de uma roda de colegas, conversando sobre o tempo, a indagação: "O que eu quero conservar disso tudo?"

A abertura para se perguntar isso e se permitir as escolhas essenciais seria um indicador da evolução humana, sob o ponto de vista de Amartya Sen – que entende o desenvolvimento como expansão das liberdades.

Mas a instabilidade desses tempos voláteis que se avizinham não é prerrogativa da sociedade contemporânea – pelo menos não na escala geológica. Apenas 7% do tempo de vida do homem repousa no berço calmo do **Holoceno**, de estabilidade climática, estações definidas, temperaturas confortáveis, conforme explica Amâncio Friaça, do IAG.

Período que vem de 11.500 anos atrás e se estende até o presente

Uma regularidade que tornou possível o desenvolvimento da agricultura e o florescimento da atual civilização, até que explodisse demograficamente, aumentasse de forma exponencial sua pegada e se tornasse um vetor de profundo desequilíbrio ambiental. "O triunfo do homem foi proporcionado pela estabilidade, e esse sucesso vai acabar com ela". Nada que não se tenha enfrentado anteriormente, em priscas eras.

Antes do Holoceno, nossa espécie viveu e sobreviveu sob enormes variações climáticas. E, na visão de Friaça, o ser humano carrega essa lembrança geológica em sua memória. "Nossa escala de tempo é muito mais próxima da idade do Universo (13,5 bilhões de anos), em termos de grandeza numérica, do que da **escala atômica**, o que nos sincroniza mais com o sistema universal", filosofa o professor.

A vida de um ser humano é 300 milhões de bilhões de vezes mais longa do que a de um átomo excitado de hidrogênio

Segundo ele, o próximo estágio da evolução humana será lidar com a imprevisibilidade climática, em um ambiente quente e instável. Na competição entre as espécies, naturalmente ganham as que conseguem se desenvolver extraindo o mínimo possível do ambiente. Não é o caso humano: fizemos justamente o contrário. Pela péssima relação que temos com o meio, a tendência seria desaparecermos rapidamente. Mas, para Friaça, o homem resiste pela inteligência, pela noção do tempo, pela capacidade de imaginar o futuro e de ser autocrítico. Uma pintura otimista?

Único ente entre todos que se coloca a questão do ser e do tempo, fato é que somos diferentes no mundo. "Um ser de fronteira, portanto sempre estrangeiro", diz Loparic.

Estrangeiro na Terra, mas não no Universo? Como ser de fronteira, temos mais perguntas que respostas. Nunca soube onde os rastros cintilantes iam parar. P22

Na versão desta reportagem em www.fgv.br/ces/pagina22, confira vídeo da "Birita Filosófica", encontro no qual pesquisadores do GVces e convidados batem papo sobre o tema do tempo. E leia artigo do astrofísico Amâncio Friaça sobre escalas de tempo, intitulado "Mensagem numa Garrafa PET".



Corrida para onde?

Quando virou referência central para o indivíduo, o trabalho deixou de libertar para tornar-se um peso. Rever seu sentido é também repensar a organização da sociedade, de um modelo competitivo para o colaborativo

POR **Eduardo Shor** # FOTOS **Bruno Bernardi**

Segunda-feira, às 9 da manhã, no escritório. Você torce para os cinco dias seguintes passarem voando, até que possa respirar sábado e domingo. Olha o calendário. Às vezes, olhar o calendário é calcular. Durante o ano, são 52 semanas, menos as quatro de férias. O resultado final é um indivíduo 48 semanas apressado. Cada tarefa riscada na agenda significa o surgimento súbito e inexplicável de outras duas, três, quatro. O monitor do computador está lotado de *post-its* amarelos. A sua testa franzida estaria livre para colar mais um, não fosse ali já anunciado pelas rugas: ocupado. Quem dá conta?

As crianças cresceram logo, parece que os Beatles lançaram o primeiro álbum há 15 dias e você se lembra do *impeachment* do ex-presidente Fernando Collor como se fosse ontem. Além disso, chega dezembro e comenta com o pessoal: "Nossa, mas o ano passou tão rápido". Também, pudera. São 240 dias querendo que a **vida corra**, contra 96, a todo custo, tentando pisar no freio; aproveitar, enfim, a tranquilidade.

Nas pouco mais de duas centenas de dias chamados úteis, em boa parte das horas, a última coisa que você fez foi algo que, de fato, desejaria fazer. Não ofereceu a atenção que os amigos e a família mereciam. No mais, realizou tarefas um tanto estressantes que nem sempre contribuíram para a qualidade de vida ou o bem-estar.

Terça-feira, às oito e meia, em vez de bater bola na praia, bateu ponto mais cedo no escritório. Trocou o mergulho na piscina do clube pelo mergulho no *software* de gestão que a companhia acabara de instalar. O bate-papo no café da manhã, ao lado da família, deu vez à lista de argumentos com objetivo de sua equipe realizar melhores vendas. A viagem ao interior para visitar os avós no feriado foi adiada, pois era preciso dar prioridade à visita ao cliente. Você concluiu e anotou no bloco de rascunhos que trabalhar é necessário e saudável, contanto que os pesos do trabalho e do lazer estejam equilibrados.

Com razão. Dizer que alguém trabalhou 12 ou 14 horas em um dia é quase retroceder ao começo da Revolução Industrial, no século XIX. É grave se imaginarmos um estudante que passe quatro horas na faculdade, oito no escritório e outras quatro em trânsito. O que lhe sobra para o resto? "O trabalho tornou-se

Há também o caso dos autônomos, que apostam uma corrida contra o relógio, a fim de conseguirem entregar o produto ou o serviço a tempo. O trabalho engole sábados, domingos, feriados. Férias? Que férias?

referência central na vida do indivíduo e da sociedade. Tudo se converte em tarefa. O filme que seria assistido para enriquecimento pessoal ou pura admiração da arte é deixado de lado. Acaba substituído, muitas vezes, por uma obra que melhore o rendimento no emprego e tenha aplicação no trabalho", explica Scarlett Marton, professora titular de Filosofia Contemporânea da Universidade de São Paulo (USP).

Na Grécia Antiga, o ócio era mais valorizado do que as atividades manuais. Trabalhar era tarefa, principalmente, destinada aos escravos. O trabalho apenas começou a ganhar algum lugar de expressão na vida social a partir do século XVII, com a expansão marítima e os grandes descobrimentos. Posteriormente, foi valorizado também na época da ascensão da burguesia, no contexto da Revolução Francesa.

Daí em diante, ele passou a ser avaliado como fator de progresso. O ser humano se viu como dominador da natureza. E o esforço foi uma das formas de ampliar suas conquistas. Hoje, existe a figura do *workaholic*, o indivíduo viciado em trabalho, que pensa em suas tarefas, na carreira, na performance e na eficiência o tempo todo.

Homens e mulheres poderiam ter feito outra opção. No lugar da sociedade do consumo, a sociedade da abundância, na qual se preserva e economiza mais do que se destrói e gasta. Mas isso não ocorreu. Trabalhamos cada vez mais, porque é fundamental ter cada vez mais. Por comprarmos itens além do necessário, precisamos aumentar a produção sempre.

Quando as pessoas entram na lógica do consumo, elas perdem a figura do "ser humano integral", aquele que decide o que quer sem se atrelar ao último modelo de carro, à grife mais famosa, aos apelos do marketing e da propaganda. "Corremos o risco de perder o cidadão com interesses diversificados. O que tem desejo por conhecer a si mesmo, o mundo. O que tem vontade de estabelecer relações com os outros pelo simples desejo de se relacionar ou fazer amizades", afirma Scarlett.

A manutenção de contatos que podem, em algum momento da vida, facilitar uma melhor colocação do profissional no mercado de trabalho

Segundo a professora, outra consequência do posicionamento hegemônico que o trabalho assumiu na vida das pessoas se traduz por determinadas estratégias de ***networking***. Dessa forma, tendo que escolher número reduzido de convidados, ao promover uma festa em casa, os anfitriões passam a excluir amigos ou conhecidos da lista, privilegiando pessoas ligadas a seu meio que podem lhes oferecer melhores oportunidades de emprego no futuro.

Trabalhar menos é *out*

Quarta-feira, às 11 da noite, portaria do prédio do seu escritório. Na roda de conversa entre amigos que se encontraram por ali, é vergonha dizer que trabalhou menos. Ganha conceito alto no grupo aquele que não teve tempo para almoçar. Admite-se, no máximo, um sanduíche. Mesmo assim, lá pelas 4 da tarde. Nada de sair do escritório às 6, depois de 8 horas de jornada. Amigo digno de respeito saiu às 9, 10 da noite. E haja cafezinho.

A tecnologia agilizou processos na indústria, permitiu avanços na medicina, facilitou a comunicação das pessoas, entre diversos benefícios. No entanto, a expectativa de que o tempo economizado na realização das tarefas se refletisse em menos trabalho não surtiu efeito. Essas horas foram preenchidas com mais trabalho, exigindo maior esforço do ser humano.

Além disso, o desenvolvimento trouxe laptops, telefones celulares, internet sem fio. Recursos que permitem ao trabalhador estar conectado a seus afazeres 24 horas. Assim, ele passou a ter ainda menos tempo "livre".

Na França, houve gente se matando de tanto trabalhar. Entre fevereiro de 2008 e outubro de 2009, a France Telecom anunciou suicídio de 25 empregados. Os sindicatos do país culparam as condições de trabalho oferecidas e a reestruturação da companhia, que levou à saída de 22 mil funcionários entre 2006 e 2008. Diante do quadro, o governo de Nicolas Sarkozy obrigou empresas com mais de mil empregados a ter planos de combate ao estresse.

A tampa do vaso sanitário

Como destaca o professor Ladislau Dowbor, da Pós-Graduação em Economia e Administração da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), participamos de uma "corrida global de ratos". A mentalidade competitiva faz um correr na frente do outro, sem se importar com quem ficou para trás. "A necessidade de produzir e consumir mais leva ao endeusamento da competição e ao individualismo. Todavia, nos EUA, existem pesquisas indicando que, depois de o valor do PIB alcançar certo nível, a percepção de satisfação com a vida permanece inalterada, ou declina", diz.

Um dos antídotos, segundo ele, é a evolução para uma sociedade colaborativa, em que o conhecimento vale mais que os bens materiais. Exemplo: "Se eu tiro um bem material de alguém, ele fica sem. Se eu tiro conhecimento, essa pessoa continua com ele e nós dois juntos geramos mais conhecimento ainda". É uma relação de colaboração, que a sociedade moderna, apegada ao modelo mental competitivo, ainda precisa desenvolver.

Dowbor conta que há algum tempo foi comprar uma tampa de vaso sanitário e se deparou com 586 modelos diferentes, na loja. E acrescenta o exemplo de incontáveis modelos de carro, como poderia usar o de roupas, calçados ou geladeiras. "Você não tem mais consumo pela utilidade, mas pela construção de outros tipos de valores. Eu não preciso escolher entre 586 modelos de tampa de privada", avalia.

O excesso de consumo e produção vem levando não apenas ao desgaste do ser humano, com seu tempo perdido em tantas escolhas inúteis, mas ao esgotamento dos recursos do mundo. Aumento nos casos de doenças do coração, problemas gástricos e depressão. Desequilíbrio climático, poluição generalizada, ex-

Quando se entra na **lógica do consumo,** perde-se a figura do ser humano integral



tinção acelerada de espécies. Um cenário que nos leva a pensar em alternativas que permitam continuar viáveis a vida e o bem-estar da humanidade.

No livro *The Overworked American: the unexpected decline of leisure* (na tradução, algo como "O Americano Sobrecarregado: o inesperado declínio do lazer), de 1992, a professora do departamento de Sociologia da Boston College Juliet Schor observa que, entre 1948 e os primeiros anos da década de 1990, o nível de produtividade do trabalhador americano mais do que dobrou. Em suas palavras, "poderíamos agora alcançar nosso padrão de vida de 1948 (medido em bens e serviços comercializados) em menos da metade do tempo usado naquele ano. Poderíamos ter escolhido a jornada de quatro horas. Ou um ano de trabalho que durasse seis meses".

A jornada ideal

Quinta-feira, meio-dia e quarenta, você encontra espaço na agenda para almoçar. Procura, na empresa, um colega para dividir a mesa. José Carlos, do Financeiro, está no telefone. Renata, da Controladoria, em reunião. Fátima, da área de Recursos Humanos, entrevistando um candidato a estagiário. Todos ocupados. Resta-lhe ir sozinho ao restaurante. Na TV do estabelecimento, uma reportagem sobre redução de jornada de trabalho.

Se a produtividade dobrou, a jornada de trabalho poderia ter caído pela metade

Não sem polêmicas entre patrões e empregados, os franceses puseram em prática uma lei que estabeleceu jornada de 35 horas semanais, em 1998, no governo socialista do então primeiro-ministro Lionel Jospin. Dez anos depois, Nicolas Sarkozy considerou a lei como "catástrofe generalizada para a economia francesa". E a França aprovou uma novidade. A legislação atual mantém as 35 horas, mas permite a cada organização incrementar o tempo de trabalho, desde que isso seja feito mediante acordo dos empresários com os sindicatos.

Na sociedade brasileira, enquanto uma parte da população não encontra tempo para realizar algo além de trabalho, outros milhões de pessoas estão desempregadas. Em vez de privilégio, o ócio vira preocupação. "Há um desequilíbrio na repartição do tempo de serviço. Enquanto 45% dos trabalhadores têm jornadas superiores a 44 horas semanais, que crescem com horas extras, outra parte fica parada", aponta Marcio Pochmann, presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Hoje, discute-se no Brasil a redução da jornada de 44 para 40 horas semanais, com aumento do custo da hora extra, de 50% para 75%, e sem diminuição dos salários. Uma das apostas dos trabalhadores é que, em vez de pagar hora extra, as companhias abririam novas vagas.

Segundo dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), dessa maneira um milhão de postos de trabalho poderiam surgir, dentro do total de 2,5 milhões de oportunidades que a redução da jornada criaria. Ainda de acordo com o Dieese, com a aprovação da lei trabalhista, o custo total da produção industrial aumentaria apenas 1,99%. No debate, há empresários que não preveem aumento do número de empregos nem aumento baixo de custos.

Independente dos argumentos contra ou a favor de soluções criadas para reduzir os índices de desemprego, o sociólogo Rafael Osório, pesquisador do Ipea, lembra que a definição das 8 horas de trabalho, 8 horas de descanso e 8 horas de lazer vem de uma época em que a própria inserção das mulheres no mercado de trabalho era diferente. "Quando mais mulheres entram no mercado, a oferta de tempo que a classe de trabalhadores tem a oferecer à empresa aumenta, mas o tempo disponível para o cuidado com o lar diminui", ressalta.

Assim, há uma tendência de aumentar a participação masculina na realização de tarefas caseiras, embora ainda ocorra aí um desequilíbrio.

Rafael é um dos autores de um estudo sobre o tempo dedicado por homens e mulheres ao trabalho doméstico, não remunerado; e ao trabalho fora de casa, que garante o salário do empregado. A análise considerou o caso da Bolívia, onde, com base nos números da pesquisa, as mulheres tendem a ter uma jornada, no lar e no local de trabalho somadas, mais de três vezes maior do que a dos homens. A questão existe em outros países, em menor ou maior grau, sendo influenciada, fortemente, pela cultura de cada um. (*mais sobre mulheres e tempo em reportagem à pág. 28*)

Em nações do Norte da Europa, o Estado provê serviços eficientes, como creches, que facilitam a vida dos pais. No Brasil, os casais de classe média e alta "compram o tempo" dos empregados domésticos, na maioria mulheres, para o cuidado com a prole. "Há empregados domésticos que também têm filhos pequenos, mas, sem orçamento, precisam se virar para deixá-los com alguém e ir para o trabalho. Eles não têm nem tempo de buscar o filho na escola, na hora do almoço. Por isso, a escola de tempo integral é importante", analisa o sociólogo.

As tarefas divididas pelos donos da casa e os empregados domésticos são mais importantes do que podem parecer. Por exemplo, a cultura da valorização do estudo e do trabalho, para o alcance do crescimento pessoal e profissional, é disseminada na escola; porém, principalmente, no lar.

A formação do futuro trabalhador, o sustento da mão de obra que chega diariamente às estações de trabalho e o bem-estar do ser humano são providos, em grande parte, pelo esforço realizado em casa. Atividades como ajudar na lição que os filhos trazem do colégio, preparar o jantar, passar roupa, limpar o quarto. Atualmente, essas tarefas não são somadas ao PIB. "Há correntes que buscam quantificar essas ações. Verificar quanto custaria lavar roupa durante quatro horas, na semana. Por que a gente não inclui no cálculo a produtividade doméstica, se ela também gera valor?", questiona Rafael.

O valor do seu tempo

Sexta-feira, seis e meia da tarde, hora de deixar o escritório. De acordo com uma pesquisa realizada entre agosto e setembro de 2009, pelo Movimento Nossa São Paulo, em parceria com o Ibope, o paulistano gasta 2 horas e 43 minutos no trânsito, todo dia. Isso inclui a ida ao trabalho e a volta, bem como o que se despende no trajeto para compras ou diversão. É parte do que o professor Ladislau Dowbor, da PUC-SP, considera como tempo social, dedicado às tarefas necessárias para cuidarmos da vida dentro e fora do trabalho.

No livro *Democracia Econômica*, Dowbor calcula o valor desse tempo. Tirando o tempo de uso individual, como sono e convívio familiar em casa, suponha que o tempo social seja de 12 horas diárias. São 60 horas por semana. Em 52 semanas (daí subtraem-se quatro, de férias), o resultado é de 2.880 horas "comerciais" no ano. Ao se considerar um PIB de US$ 700 bilhões, para uma população de 180 milhões, tem-se PIB *per capita* de US$ 3.900.

O PIB *per capita* dividido pelas 2.880 horas dá US$ 1,35/hora, o valor de sua hora "ativa". "Digamos que uma rede ampla de metrô economizasse meia hora do tempo médio de deslocamento do paulistano economicamente ativo, cerca de 5 milhões de pessoas. Seriam 2,5 milhões de horas economizadas por dia, o que multiplicado por US$ 1,35 significaria uma economia diária da ordem de US$ 3,4 milhões. Isto por sua vez implica que cada 30 dias pagariam a ampliação de um quilômetro deste meio de transporte", escreve o professor.

Dowbor cita também estatísticas de que cada 10 minutos a mais gastos no tempo diário de transporte individual para o trabalho reduzem o envolvimento comunitário em 10% – "menos participação em reuniões públicas", por exemplo.

No sábado e no domingo, se o leitor tiver tempo, pode conferir no site de Página22 as dicas de José Eduardo Balian, professor do curso de Gestão e Administração do Tempo, da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM). Ele fala sobre como organizar melhor a sua agenda. Além disso, há a história de profissionais que se dividem entre um cotidiano acelerado no trabalho e a vida particular.

Aproveite. Pois segunda-feira, às 9 da manhã, volta ao escritório. Você torce para os cinco dias seguintes passarem voando, até que possa respirar sábado e domingo de novo. Olha o calendário. Às vezes, olhar o calendário é calcular. Durante o ano, são 52 semanas, menos as quatro de férias. O resultado final é um indivíduo 48 semanas apressado. Cada tarefa riscada na agenda significa o surgimento súbito e inexplicável de outras duas, três, quatro. O monitor do computador está lotado de *post-its* amarelos. A sua testa franzida estaria livre para colar mais um, não fosse ali já anunciado pelas rugas: ocupado. Quem dá conta? P22

Acesse dicas de gestão do tempo e relatos de profissionais na versão desta reportagem em www.fgv.br/ces/pagina22



Nem tudo nas mãos

As mulheres conquistaram independência e sucesso, mas o que elas **querem mesmo é mais tempo e bem-estar**

POR **Maria Lutterbach**

Uma moça bonita e decidida exibindo seu muque num cartaz que diz "*We can do it*" pode parecer uma ultrapassada apologia do feminismo. Mas a figura conhecida nos Estados Unidos como Rosie, The Riveter (ou Rosie, a Rebitadeira) foi criada, na verdade, para intimar as americanas a substituir os homens na indústria de armamentos durante a Segunda Guerra Mundial.

Se a motivação por trás da ilustração era bélica, a clássica peça gráfica tornou-se um dos marcos de um movimento que começou com as operárias da Revolução Francesa e terminou por transformar as mulheres ocidentais em "Rosies" capazes de fazer quase tudo com as próprias mãos. A contrapartida é que a medida do tempo nunca mais foi a mesma para elas – e nem para o mundo.

Sem abandonar a pesada rotina de cuidar da casa e da família, as mulheres vivem uma jornada dupla ou tripla que hoje é a principal causa de estresse feminino. E daquela mulher de Atenas cantada por Chico Buarque não sobra nada, a não ser, talvez, o desejo de desfrutar de um tempo tecido bem mais devagar.

Ser profissional, esposa, mãe, amiga, irmã e filha numa mesma encarnação é mesmo tarefa para um muque e tanto. O que toda essa demanda gera são mulheres bem-sucedidas,

com responsabilidades e salários cada vez maiores, mas sedentas por um tempinho a mais para valorizar aquilo que sempre lhes foi tão caro: o amor e a família.

Panela de pressão

Mesmo responsáveis por mais de 70% do consumo em todo o mundo e com uma renda global que aumenta bilhões de dólares a cada ano, elas encaram os ganhos financeiros não como fim, mas como meio para alcançar o bem-estar – é o que conclui Kate Sayre, uma das autoras de uma pesquisa sobre o universo feminino e o consumismo realizada pela consultoria The Boston Consulting Group (BCG), em 2008.

"As mulheres não valorizam a riqueza e o dinheiro em si, mas como formas de chegar à felicidade: a liberdade de ir atrás de satisfação, equilíbrio entre vida e trabalho e a capacidade de fazer tudo acontecer", diz Kate.

Respondido por mais de 12 mil mulheres de 22 países, o questionário mostra que a maior tensão sofrida por elas é a falta de tempo. "A cobrança e as expectativas sobre elas mesmas mais as responsabilidades por alimentação, educação, higiene doméstica, vestuário e saúde são as principais fontes de estresse feminino. A vida é uma panela de pressão para as mulheres. Trata-se de grandes expectativas, altas demandas e poucos pontos de alívio", completa Michael Silverstein, coautor de *Women Want More* (Mulheres Querem Mais) (Harper-Business, 2009), livro que resultou da pesquisa mundial da consultoria.

Ao descreverem sua rotina profissional e doméstica, as brasileiras mostraram que, por aqui, o sentimento de sobrecarga de trabalho é ainda maior: são 55% das mulheres estressadas, contra uma média mundial de 49%. Prova de que nem tudo são flores nessa revolução feminina que está entre as maiores mudanças sociais dos últimos dois séculos.

Grande expectativa, alta demanda e poucos pontos de alívio: isso virou a vida para as mulheres

Trabalho moldado

Mesmo com todas as conquistas, as mulheres ainda recebem menos do que os homens exercendo as mesmas funções. Graças a elas, no entanto, empresas de países ricos estão começando a rever alguns posicionamentos. "Mais de 90% das companhias na Alemanha e na Suíça já permitem um horário de trabalho mais flexível. E as novas tecnologias estão tornando mais fácil redefinir o trabalho em prol das necessidades familiares", aponta a consultora americana Lynne Jarman-Johnson, em artigo publicado pela revista britânica *The Economist*, na edição de janeiro de 2010, que trouxe Rosie, The Riveter estampada na capa, junto com os dizeres ***We Did It*** (Nós conseguimos).

A edição revela que as mulheres serão mais da metade da força de trabalho nos EUA nos próximos meses e já ultrapassam os homens em postos de trabalho intelectual em diversos países ricos

Para Lynne, sociedades que resistem à tendência de equilibrar a atividade profissional com as outras demandas das mulheres, como os países árabes e o Japão, devem pagar um preço alto por desperdiçar talentos e frustrar suas cidadãs.

Como se vê, estabilidade emocional e harmonia conjugal ainda são mercadorias em falta na sociedade da eficiência e produtividade. Em grande parte, isso se deve à quantidade de tempo dedicado a atividades profissionais que não oferecem crescimento pessoal nem contribuição ao coletivo.

"Quando um trabalho é significativo? Sempre que nos permite gerar prazer ou reduzir o sofrimento dos outros", analisa o filósofo suíço Alain de Botton no livro *Os Prazeres e Desprazeres do Trabalho* (Rocco, 2009). Ao investigar de perto uma série de ambientes de trabalho – como navios cargueiros e uma fábrica de biscoitos –, De Botton pergunta: "Uma empresa conseguiria oferecer a seus funcionários uma série de ideais suficientemente elevados em nome dos quais eles deveriam se desgastar e entregar a maior parte de suas vidas?"

Ao que tudo indica, a resposta é não. Sob este ponto de vista, o "tempo vazio" que é causa de angústia e depressão pode estar relacionado não tanto a uma vida inativa, mas a este dia a dia sufocado por tarefas múltiplas e insignificantes. No livro *O Tempo e o Cão* (Boitempo, 2009), a psicanalista Maria Rita Kehl chama atenção para a perda de equilíbrio entre o tempo do trabalho e o tempo do ócio. "O 'tempo do Outro', que engloba quase toda vida social no mundo capitalista de ritmo acelerado, empobrece a vida do espírito, que fica reduzida ao circuito curto da produção/consumo – domínios do presente absoluto", escreve.

Três humores em um mês – as fases do ciclo feminino

ESTROGÊNICA **A mulher apresenta uma tendência competitiva, pele mais brilhante, menos estresse, apetite normal e humor mais estável. Ela está mais disposta a cuidar de sua aparência e gosta de estar em público. No ambiente de trabalho é extrovertida; interessa-se mais pelo que acontece no mundo profissional do que no doméstico.**

PROGESTERÔNICA **Neste período, ela já não se expõe tanto, pode ficar restrita ao seu setor e ser mais cooperadora no ambiente de trabalho. Com a alteração das características hormonais, adquire uma tendência introspectiva.**

CICLO ALTERADO NA FASE ESTROGÊNICA **É nesta fase que surgem os sintomas da síndrome de tensão pré-menstrual, como a fadiga crônica feminina. Os desconfortos também causam desequilíbrio no climatério.**

FONTE: CLÍNICA BERENSTEIN – WWW.TPM.COM.BR



Rosie, a Rebitadeira: do chamado bélico à capa da *Economist*

Amor no topo

Inserida numa estrutura frenética e competitiva, a mulher assume um papel nunca antes experimentado e, neste movimento, faz o mundo mudar junto com ela. Ainda novata na roda-viva do trabalho, é ela quem mais sente falta de antigos valores, como solidariedade e partilha. Características que, embora essenciais para a continuidade da vida, estão subestimadas no domínio público.

Na citada pesquisa do The Boston Consulting Group, as mulheres mostram que privilegiam os valores humanos e têm objetivos sublimes. As coisas mais importantes para elas são: amor (77%), saúde (58%), honestidade (51%) e bem-estar emocional (48%). Motores que governaram a vida humana por um tempo bem maior do que os competitivos, historicamente muito mais recentes.

"De um lado da humanidade estão aqueles que existem (uma referência aos homens), fazem saber. Com o saber fazem indústrias, pontes, coador e fraldas descartáveis, guerras, bebês de proveta, remédios, bombas, carros, tortura, fortuna, doenças, fast-food e charuto. E de outro estão as que não existem (as mulheres) e só sabem fazer com o impossível, desafiando a Deus: desespero, suicídio, traição, paixão, loucura, ferocidade, ficção, poesia, êxtase", discorre a psicanalista Ana Lucia Holck no livro *Patu, a Mulher Abismada* (Subversos, 2008), sobre o lugar e as armadilhas da mulher antes de sua entrada no mercado de trabalho.

Segundo a autora, a era de Freud corresponde ao "reino do nome-do-pai", uma estrutura calcada no masculino que permitia a organização e a estabilidade. "Na época da globalização não estamos mais sob o reino do pai, a estrutura do 'todo' cedeu lugar ao 'não todo', modo de o psicanalista Jacques Lacan referir-se ao feminino. Num mundo feminino, não se trata de referência aos ideais ou à norma como no regime fálico, mas de encontrar maneiras singulares de lidar com algo que não tem fim, nem nunca terá", afirma Ana Lucia.

Corpo estranho

Diante de um tempo comprimido, valores dispersos e desejos perdidos entre a segurança material e o bem-estar, era esperado que o corpo da mulher também desse seu grito. Os sintomas da Tensão Pré-Menstrual (TPM), antes restritos ao meio doméstico, agora precisam ser encarados em pleno ambiente profissional, onde nem sempre existe compreensão sobre as mudanças de humor, dores e desconforto causados pela síndrome.

A prática de se recolher para enfrentar o período menstrual é relatada no romance *A Tenda Vermelha* (Sextante, 2006), da americana Anita Diamant. A tenda, citada no título, era o local onde as quatro mulheres do personagem bíblico Jacó se reuniam para celebrar a fertilidade e compartilhar vivências e cuidados. Encanto de um tempo distante que parece utópico diante do pragmatismo que passou a reger a relação entre a mulher e seu corpo.

Para lidar com toda a pressão que enfrenta em sua jornada de "Rosie", uma ala feminina está desistindo de respeitar seu tempo cíclico. Muitas delas estão combatendo a TPM com a interrupção da menstruação, seja por uso contínuo de anticoncepcionais, seja por meio de implantes e DIUs hormonais. É um tema polêmico. "A interrupção da menstruação é um método eficaz e sem contraindicações, que pode ser usado em qualquer idade, porém é mais utilizado nos casos de TPM severa e incapacitante", garante o ginecologista Paulo Nicolau.

Nos casos mais brandos, a síndrome pode ser controlada com uma alimentação pobre em sal e com muito verde, além de atividades como yoga, relaxamento e psicoterapia.

Percepções

RICARDO BARRETTO

Coordenador de comunicação do GVces, bacharel em Relações Internacionais com especialização em Jornalismo e bailarino contemporâneo



O corpo do tempo

Não falamos aqui do corpo-invólucro na acepção cartesiana, mas aquele que integra "dentro" e "fora", percebe e determina a temporalidade

O fim de um ano e o começo do outro são um período de verdadeiro laboratório sobre o Tempo para muita gente. No prazo de alguns dias, vamos da correria beirando a insanidade à pausa, que às vezes custa a ser assimilada, até que nos acomodamos naquele ócio irrepreensível em que os dias parecem ter a duração do solstício boreal. Conversar, contemplar, descansar, divagar, ler, movimentar-se, ouvir, degustar são ações que ganham atenção diferente nos dias de ócio, e determinam como "passamos o tempo" nesse período. Trabalhar, dirigir, informar-se, digitar, apressar-se, programar, reclamar, preocupar-se, engolir, pular (...da cama) são verbos que parecem mais representativos de como "usamos o tempo" no restante do ano.

Nas duas situações, temos um mediador comum da relação com o tempo: o corpo. Não o corpo-invólucro da concepção cartesiana, que apenas carrega órgãos e sustenta funções biológicas, mas o corpo que é cada um de nós, que integra "dentro" e "fora" em sensações, experiências, reflexões. Se o tempo cronometrado só existe no relógio, a percepção individual do tempo se forma mesmo em acontecimentos, ações, sabores, texturas, cheiros, sentimentos, ideias. É aí que o transcorrer de uma hora no mecanismo de ponteiros pode ter para nós durações e intensidades tão diferentes, dependendo da situação em que o corpo se encontra e das percepções que se operam.

O filósofo francês Merleau-Ponty falou em "carne do tempo". O termo faz parte da ressignificação do corpo promovida pelo filósofo a partir do **pensamento fenomenológico:** é o corpo humano e não a consciência que percebe o mundo onde habita [1]. E, se o corpo é o contato com o mundo, a percepção do tempo acontece por meio do corpo.

Tem origem na segunda metade do século XIX como alternativa ao Positivismo. Destaca-se pela descrição e compreensão dos fenômenos que se apresentam à percepção e pelo fim da separação entre sujeito e objeto – o corpo é as duas coisas ao mesmo tempo

Podemos recorrer ao fenômeno da linguagem para atestar essa relação. Expressões populares nos dão bons exemplos de como quem faz o tempo é o corpo. Quem já não ouviu ou falou sobre o "peso do tempo"? A expressão não diz respeito a uma balança marcando quilos de horas, mas sim remete à sensação física que é própria do corpo sob a força da gravidade, seja em relação a si, seja em relação a um objeto. Em miúdos: é o corpo que revela o peso do tempo. Outra: "o tempo cura todas as feridas". Não só remete ao corpo como lugar da metáfora como indica que a mudança de percepção nos leva a outro entendimento de situações que possam ter causado mágoa. Ou ainda "o tempo se arrasta", que usa o verbo arrastar-se que é próprio do corpo para indicar a percepção de que uma situação não muda ou não chega a um desfecho.

Essas expressões todas falam da relação do ser humano com o tempo. Não um tempo exterior a ele, ao qual se engaja como quem entra num ônibus, mas um tempo que é determinado pela existência. A existência que acontece pelo corpo. Mas já estou me deixando levar pela filosofia de novo. Vamos nos ater aos exemplos que estão bem mais próximos e podem soar bem mais íntimos e compreensíveis.

Primeiro um exemplo dolorido, mas contundente. O terremoto que acometeu o Haiti trouxe de imediato um novo universo de estímulos e percepções para as pessoas que foram surpreendidas pelo tremor. Não terão sido a espera, a dor, a solidão, o desamparo, a perda, a desorientação do corpo elementos fundamentais para determinar a percepção de tempo a cada um dos sobreviventes sob os escombros até o momento em que os bombeiros alcançaram seu corpo?

Outra imagem mais feliz foi dada por uma amiga que escala montanhas e esteve dez dias se embrenhando pela Serra do Cipó, em Minas Gerais. Ela contou que houve ocasiões de se surpreender com a chegada do fim do dia, após ter avançado apenas 30 metros durante uma escalada. A percepção da altura, a relação de troca com a sua parceira de montanha, a experiência do medo, a contemplação se imbricaram na carne do tempo, uma vivência de grande intensidade que "não viu" passar as horas .

E as histórias de quem vem de férias em praias desertas da Bahia? A relação de um corpo paulistano encarnado de cidade, por exemplo, com o corpo local encarnado da calmaria da paisagem causa muitas vezes sensação de descompasso. Na volta a São Paulo, o descompasso entre esta última percepção de tempo e a da vivência na cidade.

Dias e noites se passarão e eventualmente a percepção do tempo para pessoas que vivenciam algo fora da rotina estará outra vez às voltas com experiências e estímulos mais conhecidos. Mas as percepções de outra temporalidade se mantêm corporificadas. São indicações de que é o corpo quem faz o Tempo. E determina em cada um de nós a duração, a finitude, a impermanência.

TOME NOTA

1 *Em* O Primado da Percepção e Suas Consequências Filosóficas, *Merleau-Ponty escreve: "(...) a experiência da percepção nos põe em presença do momento em que se constituem para nós as coisas, as verdades, os bens (...) Não se trata de reduzir o saber humano ao sentir, mas de assistir ao nascimento desse saber (...)"*

Conheça a Feira Brasil Certificado



IV BRASIL CERTIFICADO
Feira de Produtos Florestais e Agrícolas Certificados

A Brasil Certificado, feira que desde 2004 oferece produtos florestais com o selo FSC, agora também terá produtos certificados de origem agrícola.

O objetivo é reunir e apresentar, em um só lugar, empresas, produtores e produtos ambientalmente corretos e socialmente justos. A certificação é uma das principais ferramentas utilizadas para garantir a origem dos produtos, sejam do setor florestal ou do setor agrícola.

Participe!!

FSC



De 07 a 09 de abril de 2010 - Centro de Eventos São Luís - Rua Luís Coelho, 323
São Paulo, SP - www.brasilcertificado.com.br - www.wrsaopaulo.com.br
Informações: (11) 3722.3344 - wrsp@wrsaopaulo.com.br

Realização: imaflora · IMAZON · Sustainable Agriculture Network · Amigos da Terra Amazônia Brasileira · A marca do manejo florestal responsável FSC FSC-SECR-2028 © 1996 Forest Stewardship Council
Patrocínio: SUZANO PAPEL E CELULOSE
Apoio: USAID · icco · Oxfam Novib
Apoio de Mídia: Leo
Organização: WR SÃO PAULO

POR Carolina Derivi FOTO Bruno Bernardi

A socióloga e urbanista Nereide Mazzucchelli ganha a vida apagando incêndios. Quando um conflito entre empresa e comunidade atingida se anuncia, nos canteiros das grandes obras do País, é ela quem corre para tentar o entendimento e interpretar as origens do atrito.

Entre dois mundos

Depois de 20 anos trabalhando com grandes companhias, à frente da consultoria Territoria Desenvolvimento Global, Nereide constatou um padrão: o planejamento socioambiental estratégico é artigo raro na cultura empresarial brasileira. A questão aparece quando há um incidente, diz a consultora, que costuma ser encarado de maneira pontual. Tivessem as empresas o hábito de fundar um relacionamento já na etapa de concepção de projetos, muitos conflitos – e prejuízos – poderiam ser evitados.

Para a especialista, as questões sociais costumam ser ainda mais subestimadas que as ambientais, estas amparadas por parâmetros mais maduros e obrigatórios previstos no licenciamento. À Página22, ela falou sobre estratégias para a difícil missão de conciliar o cronograma de um empreendimento com o tempo que a sociedade tem para se adaptar a mudanças, muitas vezes, radicais.

A senhora acaba de voltar de uma reunião com um potencial cliente e ficou desapontada. Como foi? Não chega a ser uma surpresa. A questão socioambiental sempre vem como incidente ou como uma coisa que as empresas têm de lidar no meio do caminho. Então, você vai para discutir uma determinada situação e não há orçamento, não há planejamento. É preciso uma interface dentro da empresa. Eu não vou chegar lá com uma varinha mágica e fazer as coisas acontecerem se não tem o espelho de diálogo. E aí te mandam para uma pessoa de comunicação, que passa a entender isso como uma peça de divulgação, e não é isso.
Desde lá atrás, no estudo de viabilidade do empreendimento, deveria haver o planejamento socioambiental, assim como há o marketing do empreendimento. Ou seja, dentro da concepção. A gente não vê isso acontecer.



O problema é que essas questões aparecem na última etapa? Claro. Se no momento de pré-viabilidade já se começasse a lidar com essas questões, evidente que se poderia construir gradativamente uma intensidade de relacionamento que não levaria a esse impacto que ocorre quando você já chega lá para remover uma comunidade do seu local.

Como são as demandas dos seus clientes do dia a dia? Eles só chamam quando o estopim está para estourar. São chamadas absolutamente pontuais, geradas por incidentes. E, quando a gente tenta mostrar que a questão está dentro de um plano maior, e é preciso olhar esse plano maior, a empresa diz: "Não, eu quero resolver isso aqui. Eu quero resolver a reunião da semana que vem". Mas e depois? Como é que você vai continuar dialogando com eles, porque a duração desse relacionamento pode ter décadas.

A senhora nota diferenças entre o tratamento das questões ambientais e o das sociais? No ambiental, por haver uma peça de licenciamento, eu acho que as empresas seguem por conta do rigor da lei. Se você não tiver uma licença, evidente que você não vai poder fazer uma série de coisas. Há na questão ambiental toda uma sistemática. Há um órgão regulador, que emana uma série de diretrizes e parâmetros de atuação. E a área social eu ainda a vejo muito solta. Se você pegar o que é o social dentro de um EIA (*Estudo de Impacto Ambiental*), nada mais é do que uma série de coletas de dados, estatísticos e demográficos, que muitas vezes estão defasados. Eu nunca vi nenhum EIA em que a sociedade tivesse sido escutada, para saber quais são as preocupações a respeito de um possível empreendimento.

> "Quem não estiver em harmonia com a sociedade não vai poder implantar ou operar de forma tranquila. Isso para mim é uma visão estratégica"

A rigor isso acontece nas audiências públicas, após os estudos de impacto. Porque está no regulamento. Eu acho pouca inteligência das empresas não fazerem isso por conta própria. Se você usa esse momento em que há pessoas no campo, para estudos e pesquisas, e coloca uma pesquisa também na área social, com profundidade, não só de levantamento de estatísticas, com certeza você não teria tantas surpresas lá na audiência publica. E a empresa já estabeleceria um diálogo com a sociedade. Acho que ainda não tem a visão estratégica do que é o social.

E por que essa é uma questão estratégica? Porque se você se não estiver em harmonia com a sociedade, não vai poder implantar ou operar de forma tranqüila, assim como não poderia sem a licença ambiental. Eu vivi surpresas no Norte do Brasil, com instalação de uma linha de transmissão. Quando entrei, já na situação de implantação, comecei a ouvir que a comunidade estava insatisfeita, insatisfeita, insatisfeita. E a empresa: "Não, mas a gente passou, teve licença". Bom, na véspera de Natal, eles (*a comunidade*) derrubaram a linha de transmissão. Foram lá, desparafusaram as cinco torres e as torres caíram. Olha o prejuízo disso. Acho que as empresas ainda não raciocinam assim: "Quanto é que me custaria dialogar com essa sociedade e quanto me custa não dialogar?" Isso para mim é uma visão estratégica.

O que seria uma pesquisa social aprofundada? Você tem de levantar aspectos sobre como aquela sociedade se organiza, como é o meio social e como é a relação desse meio social com o meio espacial. Como se dão as relações de troca nesse meio? De troca e de poder, porque existem as diversas hierarquias de liderança, tudo isso você precisa observar. Como é que essa sociedade lida com as questões ambientais do seu entorno? Como é que se apropria, como faz uso disso? Se acontecem acidentes naturais, como é que eles costumam encaminhar essas questões entre eles? É como se eu estivesse observando, como socióloga ou antropóloga, como é a relação dessa sociedade com o meio dela, desde a sobrevivência até a riqueza e a exploração. E aí eu começo a observar qual é o tamanho do empreendimento e o que ele vai provocar ali. Provavelmente vai provocar alterações nas relações entre as pessoas, na relação com o meio e em todo o modo de vida como está posto. E só então você começa a organizar como é que a empresa vai dialogar com a comunidade.

De posse de toda essa informação, é difícil convencer o empreendedor de alguns valores? Por exemplo, a relação histórica e afetiva que a comunidade estabelece com o seu território? É muito difícil. Principalmente quando você está falando de patrimônios que não são materiais. Tem patrimônio, como a memória ou a cultura, que foram construídos e adquiridos no decorrer do tempo e na relação das pessoas com o espaço. Você pode até atribuir um valor monetário, mas é mera referência. Porque, na hora em que você desloca as pessoas, isso não vai junto. Num outro espaço, as coisas vão acontecer de outra forma. Então você pode atribuir uma compensação, mas isso não tem preço. Mostrar isso para a iniciativa privada é muito difícil.

Então há uma dificuldade conceitual sobre o que são os impactos sociais? Se eu vou tirar a casa, a igreja, a roça, ou a oficina, ou a vendinha, isso é mais fácil de mensurar e dar um valor financeiro. Mas o patrimônio memória, cultura, relações, é muito difícil. Não só difícil, como tem outro tempo de acontecer. Muitas vezes – e este também é um tema muito difícil de lidar com a empresa – a pessoa consegue rapidamente responder assim: "A minha roça custa tanto, a minha venda custa tanto e eu vou fazer de novo em outro lugar". No momento seguinte, quando ela começa a ficar insegura, porque ela vai romper com todas as relações ali e vai para outro lugar, isso pode ter outro valor e outro tempo, que às vezes é mais lento. Cada ser humano tem um tempo de lidar com as suas dificuldades e facilidades emocionais. Traduzir isso para o cronograma de um empreendimento é um desafio imenso.

Existe solução para compensar esses valores intangíveis ou em alguns casos a comunidade precisa introjetar as suas perdas? Eu trabalhei numa cidadezinha, no entorno de uma hidrelétrica, em Minas, que foi inundada. O empreendedor construiu uma cidade nova, com casas arrumadinhas, mais arrumadinhas até do que eram na cidade original. Mas você acredita que em toda seca, quando a água da represa baixa, toda a cidadezinha se reúne para ver a cidade antiga? Eles ficam esperando água baixar para ver se vai aparecer a torre da igreja, enfim, isso tudo que ainda está lá na memória. E essa represa já tem uns 15 anos de inundação. Tem mitigação? Não tem. Mas eu partiria do princípio de que o melhor é nunca negar que essa perda existe. Eu tentaria reunir o máximo de memória de tudo o que tem ali e faria uma espécie de memorial na cidade nova. Não precisaria esperar a seca só para ver a cidade. Eu faria, sei lá, um filme da cidade, das ruas, do seu fulano que morava ali. Eu teria o cemitério reproduzido, porque os mortos ficaram lá embaixo. Eu reforçaria essa memória. Se você tem um passado que não tem mais nenhuma referência, fica muito mais difícil lidar com ele.

Da última vez que falou com Página22, a senhora levantou a proposta de haver uma "licença social" para completar o correlato ambiental. Como seria isso? Eu sempre acho que o ideal seria a sociedade sentir algumas coisas como necessidade. E agir em relação àquilo por compreender que aquilo é necessário. Eu não gosto muito das amarras dos termos burocráticos, mas acho que infelizmente é um caminho. A gente põe muito mais cinto de segurança porque leva uma multa do que por segurança. Nas questões ambientais, eu acho que a gente teve uma evolução muito mais pelo rigor da lei e porque você pode deixar de ter um empreendimento viável do que pela preocupação com o meio ambiente. A gente ainda não está num estágio de consciência em que obedeceria a algumas coisas para preservar para as gerações futuras. Então, da mesma forma, eu acho que se deveria pensar em alguns procedimentos e parâmetros para haver também uma "licença social", que pudesse aprofundar essas questões de maneira mais adequada.

Comunicação e linguagem são uma barreira no relacionamento entre empresas e comunidades? Como fazer, por exemplo, uma boa audiência pública? Primeiro a gente tem de entender a comunicação na sua concepção mais genuína, não como essa comunicação que vira *marketing*. O que eu quero comunicar sobre o meu empreendimento e o que eu quero saber da comunidade? Tem de ser bidirecional. Nesse sentido, eu acho que, quando você começa precocemente, a audiência pública seria só um ritual de finalização de uma etapa. Como você não tem esse diálogo verdadeiro com a sociedade, a oportunidade acaba acontecendo na audiência e vira isso que a gente conhece. Muitas vezes não ocorre em profundidade, é uma coisa superficial. Às vezes há consultas prévias ou reuniões técnicas antecedentes, mas elas não são obrigatórias. Eu percebo que, quando essas reuniões prévias com a sociedade acontecem, você vai para uma audiência pública com mais tranquilidade. E tem a cultura das pessoas de projetos, dos engenheiros e técnicos, que não abrem mão da linguagem. Então nós muitas vezes não entendemos aquilo tudo que está sendo exposto, imagina uma comunidade que não tem acesso a esse linguajar. "A linha de transmissão será erguida com cabos helicoidais". Muito bem, mas o que são cabos helicoidais? A gente já faz esse trabalho de traduzir, por exemplo.

É possível apontar onde termina a responsabilidade das empresas e começa a dos governos? O que entendo é uma concepção muito mais teórica. A rigor, governo representaria o conjunto da sociedade. Então, penso que a responsabilidade de governo é sempre muito maior que a da empresa. Quando um órgão ambiental está dando uma licença para um ente privado, na verdade é a sociedade que está fazendo isso. Por outro lado, quando você olha a dinâmica dos governos, como é que esse governo e sociedade se conversam? Por que tanta hidrelétrica, tantos portos agora, tanta usina siderúrgica? Por que isso está acontecendo no País? Será que é este o padrão de desenvolvimento que nós, sociedade, queremos? A gente também não faz essa reflexão de forma organizada e, aí, o governo e a iniciativa privada vão levando. O governo é o maior responsável. E aí, olha, eu não queria nunca estar na pele de ninguém do meio ambiente de governo. Eu acho que é muito difícil lidar com a pressão que existe dentro da própria estrutura de governo e da iniciativa privada.

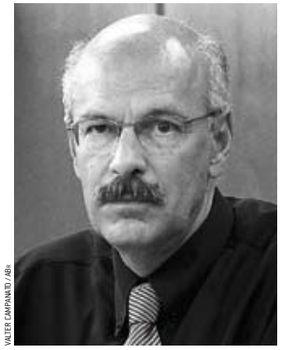
Licenciamento ambiental é demorado ou acelerado? Se a gente for pensar no rito, eu não acho demorado. Se você imaginar as hidrelétricas no Rio Madeira ou a de Belo Monte, e o tempo que isso leva, a gente não está falando do rito de licenciamento. A gente está falando de questões que têm de voltar e ser rediscutidas. Como é que vou readequar o meu projeto? Se você diz que o projeto precisa ser refeito, não é o licenciamento que demora, é a formulação de um bom projeto. Imagina o que significa você analisar os impactos de uma Belo Monte? É uma responsabilidade muito grande emitir uma licença.

Existe alguma memória de processos de licenciamento que possa oferecer os mesmos parâmetros de referência a empreendimentos da mesma natureza, ou na mesma região? Eu gosto muito dessa questão de memória. E associado a isso eu gosto muito de uma reflexão que eu não vejo ainda acontecer, que são lições aprendidas. Como é que eu guardo documentos e sistematizo o que aprendi, para que possa melhorar e levar para o outro? Eu não vejo isso no órgão ambiental, e muitas vezes são empreendedores diferentes, alguns até têm (*esse know-how*), mas não compartilham uns com os outros. Então isso caberia ao órgão ambiental. P22

POR Carolina Derivi

Por todos os lados

De supressão vegetal a sobrecarga de serviços públicos, de alterações na ictiofauna a sustentabilidade econômica de colônias de pescadores, a lista de impactos com os quais Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) tem de lidar é imensa. É assim que o Ibama se tornou o epicentro de uma ambiguidade temporal. Para alguns, os licenciamentos comandados pelo instituto correm a toque de caixa, conforme os interesses. Para outros, são excessivamente morosos e penalizam o crescimento econômico do País. Por telefone, o presidente do Ibama, Roberto Messias Franco, disse que o órgão "apanha de todos os lados", mas deve se manter "sério, profundo e exigente". Apesar de todas as pressões, Franco não se incomoda com a incumbência de impactos sociais na esteira do licenciamento ambiental. Faz parte do conceito de ecodesenvolvimento, diz ele, que se queixa das lacunas de conhecimento e pesquisa no País sobre impactos socioambientais.



VALTER CAMPANATO / ABr

Pela esteira do licenciamento ambiental, o Ibama tem de lidar com toda espécie de descontentamento por ocasião de um grande empreendimento, até mesmo com conflitos sociais. Como é que o Ibama, que tem uma *expertise* ambiental, se relaciona com essas questões? A gente apanha de todos os lados. O Ibama tem três funções fundamentais: primeiro, a análise dos grandes empreendimentos de vulto nacional, para os quais nos cabe o licenciamento. A fiscalização, em que o grande desafio é a queda do desmatamento, principalmente na Amazônia. Outra é regularização para uso dos recursos naturais. Então, o tamanho da tarefa é gigantesco. Vira e mexe a gente está na mídia negativamente, quando deveria estar positivamente. Quando participamos de um grande projeto desses, significa que a gente precisa estar seguro de que aquele empreendimento vai produzir o máximo possível de benefícios, com o mínimo de impacto.

Se é uma coisa grande, o Ibama tem a obrigação de ser sério, profundo e exigente. E aí todo empreendedor, público ou privado, em toda a história do País, quer a licença dele se possível no dia seguinte. Só que o Ibama não é um cartório, porque a gente analisa os projetos, vê como a natureza e a população são afetados. É uma equipe pequena, relativamente muito nova. Não saiu a licença? O Ibama está parando o desenvolvimento do País. Saiu a licença? O Ibama está sendo permissivo. A gente fica nessa.

Mas e a questão dos conflitos sociais? Chega-se a parecer um estranho no ninho, por exemplo, apontar a necessidade de ampliação de um hospital ou mais creches na comunidade atingida? Não acho que seja um estranho no ninho. É um conceito superior de impacto ambiental. É um conceito de ecodesenvolvimento. Qualquer projeto tem de ser socialmente justo, mesmo porque as pessoas vivem num ecossistema. Ver o impacto socioambiental é a interação entre ambiente e sociedade. E outro lado é a equação econômica. Às vezes, o empreendimento que parece mais barato não é. Porque internaliza o lucro e externaliza o prejuízo. Se uma fábrica não colocar nos custos reais o impacto no ambiente, não é que ficou mais barato. Pagou menos, mas a sociedade em volta ficou com esse custo. Eu acho profundamente irritante essa ilação que fazem às vezes de que estamos encarecendo os projetos. Na verdade, estamos adequando os custos à realidade.

Há procedimentos e roteiros específicos para as questões sociais no licenciamento? O que temos é um capítulo próprio sobre as populações existentes, os modos de vida e modos de produção. Se for impactar negativamente, o objetivo é determinar como esses impactos podem ser compensados e minimizados, e, finalmente, os impactos positivos. A ideia é melhorar a vida deles, mas tem gente que acha melhor ficar pelado no mato e tem que gente que acha melhor uma casinha. Então a gente tem que fazer uma análise do ambiente cultural. No caso desses empreendimentos *offshore*, conversamos com as comunidades de pescadores, de caiçaras, e a gente tem levantado com eles boas ideias de como fazer.

Então a audiência pública não é o único momento de diálogo entre os atores? Não é o único momento. A audiência publica é só uma formalidade do processo para fazer com que necessariamente haja um ponto, um momento, em que o empreendedor tenha o direito de apresentar o seu projeto e a comunidade tenha o direito de se informar. E, para nós, é o momento de saber qual é a apreciação das pessoas.

Entre aqueles que consideram que determinado licenciamento é rápido demais e aqueles que avaliam uma demora exagerada, como o senhor se posiciona? Eu digo que é acelerado, e é demorado. Ele é acelerado para quem quer que haja lerdeza, e é demorado para quem quer presteza. É assim, depende a quem interessa o quê. A gente não quer ser irresponsável nem retardar questões que poderiam já ter sido resolvidas.

Sente falta de apoio maior de outras instâncias da administração pública? Nós estamos sempre fazendo uma tentativa muito forte de trazer inteligência maior e participação no processo, academia, ONGs etc. Quando há insumos novos, pessoas que reflitam com novos dados, novas considerações, a gente fica feliz demais. Temos centros de pesquisa importantes no Brasil fazendo pesquisas espetaculares, com novas metodologias de detecção, por exemplo, de mercúrio na água, até detecção e prospecção de vento com potencial eólico.

> "Tem hora que a gente faz um pouco o papel de grilo falante. Meu sonho é que fosse um processo mais cooperativo"

Uma das nossas entrevistadas (*à pág. 34*) levantou a proposta de haver uma licença social. O que o senhor acha? Eu acho que empobrece. A sociedade sempre se apropria do meio e coloca em cima dele uma cultura e uma economia. Então isso ser visto junto com a natureza é um enriquecimento do processo. A Amazônia, por exemplo, oscila entre dois extremos: uns querem fazer ali um zoológico imenso, outros querem só a sociedade e deixar a mata cair. A síntese é como fazer com que as pessoas possam se apropriar de uma riqueza enorme e viver bem.

Os termos de referência incorporam algum tipo de memória, por exemplo, sobre impactos que outros empreendimentos similares ou da mesma região tiveram no passado? É evidente que o sujeito pode pegar os estudos já existentes e usar os dados. Nenhum termo de referência proíbe que se faça isso. Quando se fala de dados primários, o importante é que seja a base de uma tomada de decisão. Então, a gente está caminhando pra isso. Não está ainda nesse ponto em que todos os dados que foram usados para algum estudo de impacto ambiental no Brasil estivessem num banco aberto para quem quiser usar.

Na edição 27, fizemos uma reportagem sobre Avaliação Ambiental Estratégica, em que se discutia a necessidade de avaliação de impactos socioambientais na etapa de formulação de políticas, planos e projetos, justamente para evitar que todos os problemas estourem apenas no licenciamento. O que o senhor acha disso? Eu acho que é o próximo passo. É um passo para o qual estamos paulatinamente caminhando, para sair do varejo e passar a ver essa questão no macro. Pode ser a facilitação do processo de licenciamento, mas o grande esforço que vai exigir agora é a consolidação das informações em áreas maiores. Porque uma crítica que sempre aparece é que o empreendimento está sendo tratado de maneira pontual. Precisamos sempre ver quais são as características daquele bioma em que está inserida a obra, mas a lacuna de estudos é muito grande. Quem é que conhece bem o Cerrado, a costa, a Caatinga? Estamos reunindo pouco a pouco. Na medida em que a gente tem mais informações sobre as regiões, torna-se cada vez mais próxima a possibilidade de fazer uma avaliação estratégica mesmo, com base em dados reais e consolidados. Eu trabalhei uma vez com um professor francês que dizia que, na França, é difícil achar um tema novo, porque tudo já foi estudado. Eu disse que no Brasil é o contrário, a carência de produção de informações sobre impactos é muito grande.

A judicialização dos licenciamentos no Brasil é alta? Por quê? Levar para o Judiciário não é um mal em si. Mas deve ser levado para coisa que efetivamente contém ilegalidade. Não deixar que algo ilegal seja feito, mas que não seja manobra protelatória. Hoje, o índice não está tão alto assim. Já esteve mais alto. Eu não sei fazer uma apreciação sobre como está no Brasil inteiro, mas, à medida que a gente está fazendo o processo transparente, *on-line*, na internet, a gente tem muito mais tranquilidade.

Recentemente, o senhor perdeu dois funcionários importantes (*o diretor de licenciamento, Sebastião Custódio Pires, e o coordenador-geral de Infraestrutura, Leozildo Tabajara da Silva Benjamim*), que reclamaram da pressão política para acelerar obras. Como o senhor sente essa pressão hoje? Eu estou me sentindo cada vez mais com uma responsabilidade enorme em cima dos ombros. Que é exatamente fazer com que haja um licenciamento que não seja protelatório, mas que ao mesmo tempo tenha a responsabilidade sobre cada uma dos aspectos. Tem coisas mais fáceis e mais difíceis. Se é mais complexo, tem de ser mais demorado. É pra melhorar a qualidade. Não é igual, a velocidade. Evidentemente eu entendo que os diferentes setores querem ter mais rapidamente as suas licenças, cada um quer realizar o seu objetivo. Então, que façam de maneira social e ambientalmente responsável. Tem hora que a gente faz um pouco o papel de grilo falante. Meu sonho é que fosse um processo mais cooperativo.

Análise

MARISTELA BERNARDO

Jornalista e socióloga

A estação da política

Sem sinais de arrefecer, o patrimonialismo dita a lógica e o tempo da tomada de decisões na esfera pública

Uma tradição persiste no Brasil e renasce de sua hibernação cíclica neste ano. É o que se chama popularmente de "tempo da política", como se fosse uma estação da natureza. Como o tempo do pequi, da jabuticaba, da manga, é certo que virá. Significa que é chegado o período eleitoral, a chance para conseguir algo em troca do voto. É a hora de barganhar com os candidatos vantagens que vão desde promessa de emprego a pequenos presentes ou mesmo dinheiro vivo. É a política vista apenas como porta de acesso a benesses, o que ajuda a explicar por que, passada a eleição, a fiscalização direta dos eleitores sobre os eleitos seja insignificante.

Explica também por que políticos de ficha sujíssima se reelegem com frequência e facilidade e continuam a fazer da atividade política o seu negócio particular. O "tempo da política" na sua forma mais crua e simplória – os famosos óculos, dentaduras, botinas, cestas básicas – é visível a olho nu nas regiões que a arrogância centralista do Sul-Sudeste gosta de chamar de grotões, mas viceja também em grotões mais elegantes e complexos, mas não menos grotescos, onde vez ou outra é pilhado e descrito em inquéritos da Polícia Federal, em investigações do Ministério Público ou em CPIs. Sem resultados entusiasmantes, aliás.

O cerne dessa cultura é o patrimonialismo, que não dá sinais de arrefecer no País – a não ser em nichos ainda sem força para se capilarizar – e é decisivo na formação da lógica e do tempo do processo de tomada de decisões na esfera pública, no qual interfere de maneira agressiva e com alta capacidade de erosão de políticas públicas, tanto na sua elaboração quanto na implementação.

Inúmeros fatores fazem parte do mesmo pacote. O uso indevido da estrutura e do orçamento públicos, nas três instâncias (municipal, estadual, federal), é um deles. Nos Estados Unidos, os cargos em comissão na esfera federal não passam de 9 mil; no Brasil, são mais de 20 mil. São aqueles cargos de livre indicação dos ocupantes de postos de poder, ou seja, onde se acomodam, ao lado de pessoas efetivamente competentes, a multidão de apadrinhados de políticos e partidos que, em última instância, servem aos projetos de poder de seus contratantes. Faltam profissionalismo, visibilidade e ***accountability*** às estruturas públicas. O enorme fosso entre o que é dito e o que efetivamente aparece materializado em políticas contínuas e coerentes não gera responsabilizações e punições, nem mesmo a decantada punição das urnas.

Prestação de contas ao público e adoção de práticas de transparência, com o intuito de combater o mau uso do poder

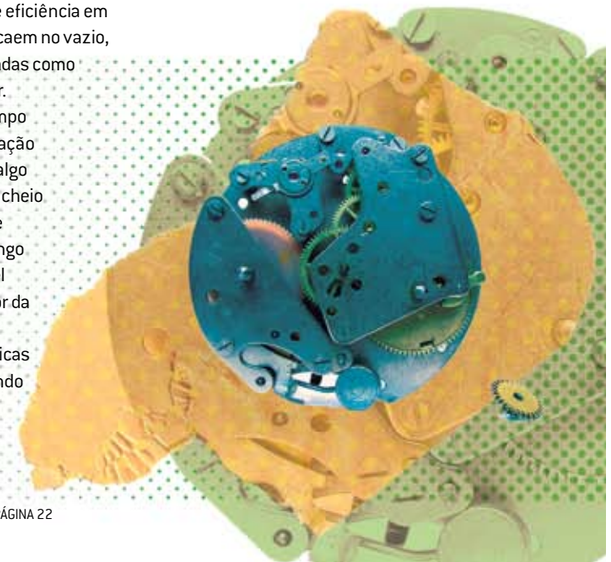
Outro fator é a descontinuidade de programas e projetos que a cada nova eleição passam pelo crivo não de sua pertinência do ponto de vista do bem comum, mas da necessidade do novo ocupante do posto, de depreciar politicamente o antecessor e, portanto, sua obra. Muitas vezes, iniciativas construídas junto com a sociedade, que conseguiram superar inúmeras dificuldades logísticas, técnicas, metodológicas e estão prontas para se transformar em padrões de eficiência em termos de política pública, caem no vazio, são desidratadas e encostadas como entulho do governo anterior.

O que faz com que o tempo da elaboração e implementação de políticas seja, em geral, algo gelatinoso e imponderável, cheio de idas e vindas, incapaz de consolidar mudanças de longo prazo, na briga interminável contra o tempo manipulador da política partidário-eleitoral.

Há ainda as características da decisão legislativa. Quando não é inacreditavelmente veloz, e polêmica, chega ao tempo surreal de décadas para analisar e votar um projeto de lei. Para ficar num exemplo, o projeto de acesso à biodiversidade brasileira e repartição dos benefícios dela decorrentes espera desde 1995 por uma decisão do Congresso e do Executivo, o qual, em inúmeras ocasiões, usou sua força para impedir que a tramitação fosse adiante.

Se levarmos em conta que o Brasil procura ostentar diante do mundo uma liderança ambiental para os novos tempos de aquecimento global, não ter uma política para seu principal trunfo é mais do que incongruência. É demonstração de que o tempo da construção de políticas públicas não é definido pela sociedade e suas necessidades. Ele é função de relações que têm vida própria, descolam-se dos instrumentos democráticos de legitimação e controle e se bastam em suas razões próprias e nem sempre claras.

Afirmar que isso não se dá só no Brasil não resolve muito. A diferença é que está ao nosso alcance interferir apenas no que acontece aqui e muitos brasileiros, individualmente ou de forma organizada, têm tentado enterrar a maldição do patrimonialismo. Será que um novo tempo vai chegar? Pode ser, mas não será por sorte nem acaso. Temos de lutar contra a lógica que contamina até nosso dia a dia, de maneira imperceptível. Mas é preciso admitir que é muito cansativa essa batalha e, às vezes, parece tarefa impossível. P22



Crônica

JOÃO MEIRELLES FILHO

Dirige o Instituto Peabiru, em Belém, e é autor de Grandes Expedições à Amazônia Brasileira *(Metalivros) e* O Livro de Ouro da Amazônia *(Ediouro)*

O tempo amazônico esgotou-se?

Novas ondas temporais invadem espaços imprevisíveis. O sertão era o limite entre a casa e o mato, entre o mito e o conhecido. Hoje é definido pelo alcance do celular



O Homem é esse macaco indeciso, que pula da árvore "pretérito-mais-que-imperfeito" para a árvore "futuro-mais-que-perfeito", sem ter certeza do que quer.

Desperdiçamos as oportunidades de dar a volta por cima e aprender com a Amazônia, sua gente e natureza. Se é inalcançável retornar ao tempo histórico, em que a natureza nos impunha respeito, quando se mediam viagens em marés, e anos em cheia e seca, é possível aprender suas lições.

A cada *shopping center* em Belém, distanciamo-nos do tempo amazônico. Porque neste templo do tempo tudo é controlável e previsível – o frescor, a luz, não há brechas para surpresas. O Homem acredita-se protegido ao controlar o "tempo" com o controle remoto do ar-condicionado. Lá fora, "no tempo", no espaço expandido e indomável, as marés seguem sua vigília, as temperaturas banho-mariam em seu calor, e as chuvas galgam as valas abertas pelo homem e os bois-dos-homens.

Somos capazes de esquecer hábitos milenares, como a sesta, quando o corpo se entrega à natureza e há imediata recompensa. No "tempo presente-infinito", trocamos a exigência do corpo por mil afazeres que nos impomos na vida moderna.

Há menos de meio século, a Amazônia se denominava "O Vale", "O Vale Amazônico". Amazônia é invenção recente, de quem não tem tempo para pronunciar frases que enunciam circunstâncias. Perdemos ao trocar os nomes das gentes, das coisas e dos tempos em tupi e em diversas línguas de povos originais por marcas internacionais rastreáveis e registráveis (e descartáveis). Não ser encontrável é parte da essência da natureza. Pior, hoje nos contentamos com apelidos, siglas e abreviações, cada vez mais breves.

Ao lado das majestades-cidades, monstros-cidades, flutuam aqueles à baila do tempo, que não alcançam acertar os ponteiros para seguir os códigos da sobrevivência na labuta-cidade. Em Belém, são os ribeirinhos das outras margens, invisíveis, deserdados, sem permissão. O que para alguns são pitorescas paisagens verdes constitui-se no viver de milhares de pessoas. E porque tudo o que produzem vem do "tempo", da "rua", nada tem valor – o peixe, o camarão, a farinha, o cesto, a fruta. Mesmo o açaí, recém-descoberto, não lhes cobre a conta.

E as ondas do "tempo" invadem os espaços mais imprevisíveis. A noção de sertão é ditada pela capacidade de alcance do telefone celular e do mapa do Google. Se na deserta praia é possível falar ao celular, o encanto oferecido pela imensidão, a maré de mais de 5 metros e a explosão de luz parecem desaparecer, uma vez que o "tempo" se oferece para o controle.

Antes, o sertão era o limite entre a luz e a sombra, entre a casa e o mato, entre o mito e o conhecido. O mito, a tradição oral, delimitava, de maneira graciosa (e apavorante). À medida que as ondas dos televisores e celulares iluminam as casas, os mitos se acanham. Se antes menino não ia pra beira do lago pra cobra-d'água não o engolir, agora nada parece amedrontá-lo. O tempo da Mãe-d'água, do Mapinguari, do Boto extravia-se para os mais recônditos lugares.

Se Belém agendava seus encontros no tempo "do antes da chuva" e "do depois da chuva", hoje o "tempo" se rege para antes ou depois do trânsito pesado de veículos. Ao fechar o vidro e acionar o ar-condicionado não dispomos de tempo para a maré, o vento, o sol, a passagem das garças e urubus. Difícil é reconhecer limites, ou melhor, difícil é encontrar a convivência entre homem e natureza, entre casa e rua.

O Brasil tropical (quatro quintos do País estão nos trópicos) não foi feito para servir, deliberadamente, ao tempo. São Paulo, por exemplo, é indecisa, entre os dois lados da linha de Capricórnio. De um lado, a cobra-grande nos exige um pouco mais de imaginação, menos ganância e mais tempo, para não dizer limites: que ali não se deve chegar, que a partir desse ponto se corre perigo. De outro, estamos mais que cientes que o tempo torna a vida insossa, monótona, previsível; é como saber o cardápio de segunda-feira do mês que vem do intolerável restaurante industrial.

Aos viajantes que visitaram a Amazônia, o que mais impressionou foi o descompromisso com o "tempo", o desinteresse em se prevenir diante do amanhã. Quando arguido como faria amanhã se não houvesse peixe, o caboclo retrucava: se não conseguisse o alimento, certamente seria porque estava "panema". Pleno de significados é este termo "panema". Resumidamente, pode-se entender como "sem sorte". Confiante, o caboclo seguiria adiante, até se ver livre da panema. Seguiria alguns rituais, jejuns, rezas, ditados, banhos de cheiro, até que recobrasse a sua "sorte", o seu "tempo". Destarte, bem ou mal, o caboclo aprendeu a viver a "casa" e a "rua", o "tempo" e a "natureza".

Antes de pular para o próximo galho da evolução, o homem deveria maquinar se não haveria um "presente-mais-que-presente", carente de compreensão, tal qual a natureza humana, binômica, homem-natureza, sem aspas... P22

Dar-se um tempo

Relatos de quando a retirada é a melhor forma de se fazer presente

POR Ana Cristina D'Angelo
FOTOS Bruno Bernardi

"Se você quer um peixe pequeno, pode pescar em água rasa. Mas, para algo maior, terá de ir buscar em águas profundas"

David Lynch, cineasta americano, praticante da meditação há 35 anos, duas vezes por dia

O não sincronismo entre os ritmos do capitalismo e o da manutenção e regeneração da vida na Terra ecoa, primeiro, dentro de cada um. Num disparate entre os ritmos internos e externos, podemos pensar que acumulamos diferenças diariamente (como a que existe entre o prazo que me pressiona a escrever esta matéria *versus* meu desejo/necessidade de convivência maior com as fontes ouvidas, num outro lugar e com mais tempo). Para transpor as experiências colhidas, pratiquei meia hora de uma técnica de meditação. Que tempo é esse que me permiti? Sair minimamente das demandas e condicionamentos que me deixavam ansiosa, o prazo, o barulho da rua (fechei as janelas), o correio eletrônico, e me conectar comigo.

Tempos maiores ou menores nosso corpo pede, há chamados ao longo da vida, resta saber se vamos atendê-los – ou se podemos atendê-los. Essas suspensões ou mergulhos para uma volta mais equilibrada, numa outra direção, ou para um simples bem-estar podem ocorrer de várias formas.

A pressa está aí, os estímulos múltiplos e simultâneos da informação, da tecnologia e do consumo parecem que nos vão paralisar ou então nos deixar bem loucos. PÁGINA22 foi atrás de histórias de quem submergiu em outros tempos, maiores ou menores, em buscas pessoais e profissionais. Anos sabáticos, retiros espirituais ou a inserção da meditação no meio de um dia. As empresas e instituições também têm aderido a essas práticas. Para questões cada vez mais complexas, as soluções pedem mergulhos na intuição, momentos de silêncio e, então, a criação, como veremos a seguir.

Tem gente que o sabático mudou até o nome. Fábio acrescentou o "Novo" – permanentemente – ao seu nome depois de três anos em plena ação para mudanças de vida. Ele se deu dois anos sabáticos. "Foram situações em que estava fora de sintonia comigo e pude me realinhar com esses tempos e espaços e definir o que fazer a partir daí."

O ano sabático, grosso modo, seria um período em que a pessoa não trabalha, viaja e pensa na vida. (Mesmo depois de "meditada", foram várias interrupções, a faxineira, o telefone, presente, passado, futuro, como é difícil concentrar-se aqui). Desprogramar, descondicionar, deixar de vez velhos preconceitos, há-

O termo é derivado de "sabá", oqualvemdo hebraico *shabbath*, que no Gênesis refere-se ao descansodosétimo dia, após os seis dias de trabalho na criaçãodomundo. A palavra assemelha-se ao verbo *shavat*, quesignifica"cessar"

bitos, crenças é o caminho normalmente perseguido pelos sabatizados.

Na primeira vez, Fábio tinha um cargo importante numa empresa de celulose, com grandes responsabilidades, quatro anos sem férias. Em um determinado momento, percebeu que as pessoas em volta falavam coisas que não lhe interessavam. O que estou fazendo aqui? Qual o sentido disso tudo? Então seguiu o chamado e passou um ano em Nova York, tinha claro que queria estudar novas mídias, aprofundar-se naquele momento de *boom* da internet, 1997. Não trabalhou, mas estudou e foi atrás da intuição daquela hora. "Já que a ideia é ter abertura, muitas vezes a pessoa não faz um roteiro e acaba se perdendo. É bom ter a abertura, mas planejar um pouco, não soltar totalmente e se planejar financeiramente", aconselha.

Em práticas como a Teoria U, aplicadas na busca de soluções em empresas, projetos, grupos, o mergulho interno é fundamental, em que são usadas técnicas de meditação, relaxamento, mas o externo e prático têm importância equivalente. "É preciso conhecer a realidade, há um momento de imersão e silêncio para uma volta criativa, ativa, colaborativa", explica a representante do programa Reos no Brasil, Mille Bojer. O Reos se inspira na Teoria U em suas práticas. [1]

TOME NOTA

1 Mais sobre a Teoria U em: www.ottoscharmer.com e www.reospartners.com

Na volta a São Paulo, Fábio tinha algumas clarezas: trabalhar com comunicação, público jovem, ambiente mais leve, juntar música, cultura e, de preferência, perto de casa. Cheio de gás e determinação, foi bater na MTV com um projeto sobre redes sociais, fruto da experiência acumulada no sabático. Passou três felizes anos na diretoria de marketing e internet da rede de televisão, "um período realizador, divertido, bacana".

Até que bateu a insatisfação. Tirou férias e foi para Caraíva, na Bahia, mas não queria voltar. "As férias são como minissabáticos, por isso o mal-estar generalizado da volta. Você experimenta uma conexão maior consigo por um pequeno período e, de volta pra casa, os desajustes parecem saltar na sua frente."

O professor do Massachusetts Institute of Technology Otto Scharmer entrevistou dezenas de líderes das mais diversas áreas para entender melhor as inovações do século XXI, a tomada de decisões e as soluções para problemas complexos. O resultado é a criação da Teoria U, que tem sido adotada por empreendedores e organizações

Chamada para o segundo sabático. O primeiro teria sido uma aproximação muito boa com o que ele desejava, mas o modelo de vida permanecia mais ou menos o mesmo e a intuição pedia mais. "O segundo foi abandonar radicalmente tudo e me jogar numa viagem que eu não fazia ideia do que seria, tanto geográfica como internamente."

E o medo? "Na hora não tive, foi uma coisa incontrolável, fiquei com uma mochila e fui. Tive medo no meio, estava na Ásia, e me perguntei o que estava fazendo. Tive receio de perder o fio da meada. Às vezes, por causa do medo, a gente dá um *upgrade* no *software*, mas não troca o sistema operacional, sabe? Nesses processos, é tudo ou nada."

Dos 37 aos 40 anos, Fábio foi atrás de um sentido. "Tive muita ajuda, fiz diversos retiros de meditação, yoga, taoismo, estudei budismo, pratiquei budismo, fiz trabalhos psicoterapêuticos, de respiração, massagens, trabalho corporal, vários tipos de trabalho energético, viagem astral, fui estudando e escrevendo. Tinha livros e cadernos, basicamente. Aluguei o *loft* onde morava para uma escola de yoga, tive o *insight* que ia demorar, que eu precisaria de um tempo e não aguentaria trabalhar. Vivi nesse período muito modestamente."

Hora de emergir

Fábio voltou do sabático fazendo trabalhos voluntários, aos poucos, integrando todas as informações e reflexões colhidas, conectou-se ao Terceiro Setor e definiu-se terapeuta. "Pessoal, estou voltando ao planeta Terra", anunciou. A casa antes alugada para uma escola de yoga – o que lhe garantiu custear os anos sabáticos – foi retomada em compartilhamento e se transformou num espaço que oferece múltiplas técnicas de meditação, yoga, autoconhecimento, direcionamento pessoal e profissional. Um espelho da jornada do agora Fábio Novo.

> "Às vezes, por causa do medo, a gente dá um *upgrade* no *software*, mas não troca o sistema operacional, sabe? Nesses processos, é tudo ou nada"

Foi ele quem introduziu a meditação na vida de Rodrigo Bandeira de Luna. Por meio de cores e imagens, ele induz o pensamento em três momentos durante o dia e garante que, quando "volta", está mais em paz e consegue agir mais conscientemente. "A meditação elimina o desperdício de energia e de informação. Ela me mostra qual é a minha, o meu papel consciente. O que é realmente importante aparece depois da meditação. Se estou em paz, transmito para o ambiente onde estou", explica Rodrigo.

Há preconceito em relação a ouvir a intuição ou assumir práticas espiritualizadas, concorda Mille Bojer. "Mas o importante é que existe o lado prático disso tudo. As soluções antigas não funcionam mais, quem se envolve nesses projetos e práticas tem a sensação de que é preciso algo novo. Essas pessoas partem de um desconforto com o status quo. Muitos são céticos, mas, se você oferece o espaço de mudança, elas percebem que podem chegar aonde desejam", afirma.

Mas espaço e tempo é só para quem pode? Quer dizer, só classes sociais abastadas se dão esse direito? Fábio acredita que não. "É humano, cósmico e universal o questionamento. Todos nós em algum momento da vida, pelo menos uma vez, teremos essa abertura, esse chamamento, isso transcende o nível intelectual e social."

Lembrando aqui, nos "finalmentes", que Fábio, Mille e Rodrigo usam e abusam da tecnologia. "Você pode estar com a vida aparentemente igual, com carro, casa, iPhone e todo o aparato tecnológico: o que muda é o nível de consciência, estou conectado com tudo, mas, primeiro, comigo." [22]



Radar

FLAVIA PARDIN

Jornalista e fundadora de Página22

O Haiti é agora

Organização propõe o pensamento de longo prazo para aumentar a responsabilidade com o futuro e o presente

"A civilização existe por permissão geológica, sujeita a mudança sem aviso"

Will Durant, 1926

A julgar pela enxurrada de notícias vindas do Haiti – na mídia impressa, televisionada ou twittada – após o trágico terremoto de janeiro, todos os terráqueos devem estar instantaneamente informados dos acontecimentos na ilha caribenha. Mas talvez daqui a quatro ou cinco anos alguém tenha de nos relembrar o acontecido. Tanta notícia, análise, relatos – todos soterrados sobre a imensa pilha de escombros produzida pela era do imediatismo.

Valeria uma aposta: em cinco anos nada se falará sobre a tragédia de proporções bíblicas que se abateu sobre o Haiti em 2010. Para quem se habilita, o endereço é certo: www.longbets.org, site mantido pela Long Now Foundation, organização sem fins lucrativos americana fundada em 1996 para fomentar o pensamento de longo prazo e mudar a forma como pensamos sobre o tempo. Só valem apostas ou previsões longas, de pelo menos dois anos, e não há limite máximo de tempo – as mais longas referem-se a 150 anos, época em que, por exemplo, passa-se o conflito entre humanos e **Na'vi** no filme *Avatar*. Já parou para pensar seriamente em como será a vida nesse não tão distante futuro?

População humanoide habitante do imaginário planeta de Pandora, que possui vastos estoques de um mineral cobiçado pelos humanos

É esse o objetivo da Long Now. Seus criadores acreditam que, ao encorajar as pessoas a abandonar o aqui-e-agora em favor do longo prazo, acabarão por fomentar a responsabilidade em relação ao futuro e também ao presente. "O 'agora' nunca é só um momento. O Longo Agora é o reconhecimento de que o momento preciso em que você está decorre do passado e é uma semente para o futuro", escreveu o músico Brian Eno, um dos fundadores da entidade e criador da expressão "long now". "Quanto mais longa a sua percepção do 'agora', mais passado e futuro ela inclui."

Eno destaca que, embora a humanidade esteja no pico de seus poderes tecnológicos, capaz de criar enormes mudanças globais que ecoarão por séculos, a maior parte dos sistemas sociais parecem adaptados a 'agoras' cada vez mais curtos. "Indústrias enormes sentem a pressão para planejar em função do *bottom line* e da próxima reunião de acionistas. Os políticos se sentem forçados a desempenhar bem na próxima eleição ou pesquisa de opinião. A mídia atrai mais audiência ao incitar reações instantâneas e acaloradas a histórias de interesse humano, deixando de lado temas de longo prazo – o verdadeiro interesse humano".



Na contramão, a Long Now Foundation investe em projetos como o das apostas longas, mas sua face mais intrigante é a construção do *Clock of the Long Now* – o Relógio do Longo Agora –, capaz de marcar o tempo a longo prazo. Não os 150 anos de *Avatar*, mas 10 mil – época em que, acreditam alguns, nasceu Raul Seixas. É mais ou menos o mesmo espaço de tempo, lembra Stewart Brand, outro dos fundadores da Long Now, que nos separa dos primeiros artefatos de cerâmica, uma das tecnologias humanas mais antigas. Assim como relíquias arqueológicas nos conectam com o passado, o relógio nos ligará ao futuro. A Long Now pretende instalá-lo no deserto estado de Nevada, nos EUA, mas um protótipo pequeno já funciona em um museu de Londres.

Além de garantir a longevidade, os mentores do grande relógio enfrentam outros desafios cabeludos. Entre eles: transparência (para que seu funcionamento seja compreendido por inspeção visual), manutenção (facilitá-la ao usar nada além de tecnologia disponível na Idade do Bronze) e escalabilidade (permitir que funcione como relógio de mesa ou uma imensa estrutura escondida nas rusgas do deserto). A necessidade de longevidade impede o uso de engrenagens, que se desgastam com o tempo, enquanto a manutenção e a transparência tornam impossível o uso de eletrônicos. Por fim, é preciso encontrar uma fonte de energia que funcione tanto na escala pequena como na gigantesca.

Mas nada supera o desafio da comunicação. Nunca saberemos se as interpretações que damos aos cacos de cerâmica que resgatamos nas escavações arqueológicas, os desenhos neles inscritos ou os hieroglifos deixados por civilizações pretéritas correspondem ao que de fato ocorreu. Da mesma forma, a construção do relógio faz refletir sobre a mensagem que estamos enviando àqueles que viverão 10 mil anos à frente. Além de um relógio ticando no meio do deserto, que outros artefatos serão capazes de recuperar para tentar entender nosso modo de vida? Que história contarão os restos da nossa civilização?

No curto 'agora' em que vivemos, o terremoto no Haiti deixou a marca de milhares de vidas humanas perdidas. Na camada mais profunda do tempo, a que os geólogos chamam de "*deep time*", trata-se literalmente de um arranhão. No inexorável movimento das placas tectônicas por baixo de nossas culturas, instituições, prédios, estradas, pontes e mercadorias que circulam por elas, seja para alimentar pessoas, seja para alimentar seu desejo de *status*, há fronteiras que se chocam. Como disse um geólogo, "o terremoto apenas recupera o tempo perdido".

Coluna

DANIELA GOMES PINTO

Pesquisadora do GVces e mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela London School of Economics and Political Science

O exemplo mora ao lado

No mundo das escolhas racionais, comportamentos intuitivos em busca de aceitação social podem dar um empurrãozinho na causa ambiental



Outro dia, saindo do prédio, o síndico me pegou de surpresa. "Você recicla seu lixo?" Espanei: "Claro!" Era uma redonda e vergonhosa mentira. Ele só queria indicar o local do lixo convencional. E eu, já afundada na lama. Podia ter argumentado que havia me mudado recentemente, não conhecia bem o bairro, que a falta de carro dificultava transportar os recicláveis. Tudo desculpas. Não, eu não reciclo meu lixo! Não parece tão difícil confessar essa simples verdade. Mas, naquele momento, foi. Fui impelida a mentir para meu novo vizinho, um ilustre desconhecido, quiçá ele mesmo um não reciclador, um consumidor de mogno, um matador de focas marinhas.

O que me conforta é saber que não estou sozinha. E que reações patéticas como a minha vêm inspirando novas estratégias ambientalistas. Elas se baseiam na economia *behaviorista*, que parte do seguinte pressuposto: o ser humano é complexo, e adota muitas vezes determinados comportamentos que fogem da escolha racional preconizada pelas leis econômicas tradicionais, da busca pela opção que maximize o interesse próprio.

Muitos instrumentos motivadores de mudanças comportamentais baseiam-se na racionalidade econômica. A comercialização de créditos de carbono, por exemplo: se proteger a floresta é lucrativo, é o que eu vou fazer. Mas tem comportamentos que fogem desse tipo de escolha. Também fazemos coisas irracionais do ponto de vista estritamente econômico, como arriscar a vida para salvar da morte um estranho na rua. Ou – menos altruístico mas tão irracional quanto – agir apenas para impressionar nossos vizinhos.

Quero ser sócio desse clube!

O psicólogo comportamental Roberto Cialdini, da Universidade do Arizona, nos Estados Unidos, colocou pequenas mensagens em quartos de hotel para checar o quanto elas influenciariam os hóspedes a reusarem ou não suas toalhas antes de considerá-las sujas. Mensagens dizendo que reusar as toalhas era bom para o meio ambiente não tiveram praticamente nenhum impacto sobre os hóspedes. Mas quando ele alterou a mensagem para algo como "a maioria dos hóspedes deste quarto reutilizou a toalha pelo menos uma vez durante a estadia", o número de pessoas que passou a reusá-las aumentou em expressivos 30%.

Segundo ele, a reação remonta a um instinto de sobrevivência, a um comportamento quase involuntário, de querer compartilhar das mesmas situações e comportamentos das pessoas parecidas conosco, da mesma forma que pássaros buscam seu bando ou abelhas um enxame.

Em outra pesquisa, ele enviou pequenas mensagens na conta de luz de quatro grupos distintos de residências de um bairro americano. Cada uma incentivava a redução no consumo por uma razão diferente: pelo bem do planeta, pela qualidade de vida das futuras gerações, para economizar dinheiro, e pelo fato de que, comparado a seus vizinhos, quem recebia a correspondência podia ser um gastador. Apenas o último grupo reduziu efetivamente seu consumo – em 10%.

O pesquisador foi até chamado a apresentar os resultados da pesquisa perante o Congresso americano, interessado em formas inovadoras de desestimular exageros no consumo energético. E virou sócio de uma empresa cujos clientes são de diferentes distribuidoras de energia e gás americanas. O que eles oferecem é de uma singeleza chocante: contas simples de ler e com informações sobre o consumo de cada cliente em comparação com seus vizinhos de perfil parecido. Resultados vêm mostrando redução de 3% a 6% no consumo, dependendo da região onde o programa se instalou.

Dois conceitos permeiam essa descoberta. O "paternalismo liberal" defendido por Richard Thaler e Cass Sunstein, dois professores da Universidade de Chicago, sugere que o Estado deve dar um "empurrãozinho" (*nudge*, em inglês) para que a população tome melhores decisões, por meio da maior disponibilização – ou cuidadosa seleção – de informações. [1]

TOME NOTA

1 *Mais sobre* nudge *em duas reportagens de* Página22: *pagina22.com.br/index.php/2009/03/a-gente-e-o-mundo-que-e-a-gente/ e pagina22.com.br/index.php/2009/06/o-todo-poderoso/*

Para eles, essa "arquitetura da escolha" não afetaria a liberdade individual, apenas auxiliaria na busca por mais racionalidade nas decisões. Exemplos dessa arquitetura são a ordem em que os objetos são exibidos nas prateleiras ou a força da inércia na decisão de ser um doador de órgãos – em vez de ter de escolher ser um doador, o indivíduo tem de escolher não ser um doador. Manipulação ou não da informação, o fato é que muitas vezes funciona.

É claro que essas estratégias não são mágicas e têm efeito limitado. Uma boa tecnologia de energia alternativa vale mais que contas com mensagens provocantes. Mas, na urgência de mudanças, tudo vale a pena. Sabe aquela ladainha da sua mãe, de dar o exemplo? Ela tinha razão. Eu, do meu lado, entrei em 2010 reciclando todo o meu lixo – um pouco também na torcida de que meu vizinho esteja lendo esta coluna.

JOSÉ ALBERTO GONÇALVES

Jornalista e consultor especializado em sustentabilidade

O quebra-cabeça do clima

Malogro de Copenhague freia negócios com carbono, sinaliza poder crescente dos emergentes e torna difícil um acordo com obrigações e penalidades

Quando a caótica conferência do clima de Copenhague (COP 15) teve início em 7 de dezembro, a expectativa era a de que produzisse ao menos uma declaração política que estipulasse o cronograma para a conclusão de um acordo climático legalmente vinculante (com obrigações e penalidades para quem não o cumprisse). Foi, porém, impossível arrancar metas mais ambiciosas dos Estados Unidos para 2020. Para entornar de vez o caldo, China e Índia não carimbaram o objetivo de cortar em 50% as emissões globais de gases-estufa até 2050 nem o de reduzir em 80% as emissões dos países ricos, para espanto da União Europeia. Assim, o acordo costurado por 26 países e selado em reunião entre o presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, e os líderes do **Basic** passou ao largo de dois dos pontos mais nevrálgicos das negociações climáticas, as metas de médio e longo prazo.

Grupo formado por Brasil, África do Sul, Índia e China para atuação conjunta nas negociações da Convenção do Clima

Como não houve consenso sobre o Acordo de Copenhague [1], ele não foi adotado como decisão da COP 15. O acordo funcionará, portanto, como um acerto político entre os países que a ele aderirem, sem obrigações legais nem penalidades a quem descumpri-lo. Para mantê-lo como espécie de guia das negociações para um acordo global legalmente vinculante, a COP 15 "tomou nota" de sua existência e o publicou como um anexo da documentação oficial da reunião. Há dois apêndices no acordo para serem preenchidos com as metas voluntárias de redução nas emissões de carbono até 2020 dos países do Anexo 1 da Convenção do Clima (países ricos e economias em transição do Leste Europeu) e das nações em desenvolvimento.

Ante o desastre político da COP 15, a conclusão este ano de um acordo climático global legalmente vinculante tornou-se incerta. Dependerá de muitas variáveis, tais como o grau de adesão dos países ao Acordo de Copenhague, a aprovação da lei de clima nos EUA e a disposição dos grandes países emergentes em implementar seus planos de redução nas emissões projetadas até 2020. Embora considerado aguado mesmo por diplomatas brasileiros que participaram de sua redação, o Acordo de Copenhague tornará público pela primeira vez em um documento internacional o nível de ambição dos países desenvolvidos e em desenvolvimento para cortar suas emissões entre 2013 e 2020. Na falta de um acordo legalmente vinculante, com metas compulsórias e penalidades, o Acordo de Copenhague sinalizará aos investidores o tamanho da disposição dos países em implementar planos de baixo carbono nos próximos dez anos.

A depender da amplitude e representatividade da adesão dos países ao acordo, ele poderá reanimar um pouco o mercado de carbono, no qual as cotações caíram imediatamente após o resultado da COP 15. Para bancos e empresas especializadas no comércio de carbono, o resultado final da COP 15 foi mais uma ducha de água fria nos negócios do setor, já abalados pela crise financeira que eclodiu no segundo semestre de 2008.

Devido à recessão, a atividade econômica diminuiu significativamente, reduzindo as emissões de gases-estufa. Com isso, também declinou a demanda das empresas por créditos de carbono para cobrir as emissões que excedem suas cotas. O preço do gás na Bolsa Europeia de Clima despencou de mais de 25 euros para 13 euros por tonelada, entre setembro de 2008 e o início de 2010. O jornal britânico *The Guardian* publicou reportagem mostrando que bancos já deixam de efetuar operações no mercado de carbono para além de 2012, quando expira o primeiro período de compromissos do Protocolo de Kyoto, por causa das incertezas em torno das regras futuras para limitar as emissões [2].

TOME NOTA

1 *O Acordo de Copenhague pode ser consultado no link http://unfccc.int/files/meetings/cop_15/application/pdf/cop15_cph_auv.pdf*

TOME NOTA

2 *Acesse em www.guardian.co.uk/environment/2010/jan/24/carbon-emissions-green-copenhagen-banks*

Orquestras alternativas

O malogro de Copenhague também reacendeu a proposta de substituir a Conferência das Partes da Convenção do Clima (COP), que se situa no âmbito da ONU, por um fórum reduzido dos 20 maiores emissores de carbono para negociar um acordo climático legalmente vinculante. Por demandar consenso dos 194 países signatários da Convenção em suas decisões, a COP é vista por muitos formadores de opinião no tema das mudanças climáticas como empecilho à adoção de medidas mais ambiciosas. O consenso acaba se dando pela ambição mínima, segundo especialistas como o professor Eduardo Viola, da Universidade de Brasília. Discorda dessa visão o pesquisador Marcelo Rocha, da Esalq/USP: "O sistema ONU tende a ser mais inclusivo. Por outro lado, transferir a negociação para um fórum como o G-20 tomaria ainda mais tempo para chegar a um acordo".

Solução menos extrema é defendida pelos governos do Reino Unido e dos Estados Unidos. Propõem a reforma dos procedimentos decisórios da ONU, a fim de impedir que um pequeno grupo de países inviabilize acordos apoiados pela maioria. Elliot Diringer, vice-presidente de estratégias internacionais do Pew Center, dos Estados Unidos, sugere uma saída conjugada, com um grupo representativo de países, abrangendo grandes emissores e países mais pobres e vulneráveis, negociando o quanto antes os fundamentos de um acordo vinculante que toma como base o Acordo de Copenhague, paralelamente às reuniões oficiais da Convenção. Para ele, as conversas paralelas impulsionariam o processo de negociação na Convenção com maior velocidade e objetividade. "Não podemos perder tempo. A próxima reunião oficial da Convenção ocorrerá apenas em junho", assinala Diringer. Ele não acha produtivo investir tempo este ano na discussão da reforma dos procedimentos da ONU.

A peça-chave dos EUA

Outro obstáculo a ser enfrentado este ano pelos negociadores será a dificuldade de o presidente dos EUA, Barack Obama, obter do Congresso a aprovação da legislação de clima e energia, que institui um sistema de redução nas emissões no país. Sem a participação do maior emissor histórico e segundo maior emissor atual, depois da China, é improvável que o acordo climático global seja concluído este ano. Apesar de Obama ter anunciado na COP 15 o objetivo de diminuir em 17% as emissões dos EUA até 2020 em relação a 2005 (equivalente ao corte de 4% sobre 1990), a aplicação da medida depende da aprovação da legislação climática, que passou pelo crivo da Câmara dos Representantes e hoje tramita no Senado.

Se a perspectiva de aprovar o projeto já era nebulosa em decorrência da oposição ferrenha à lei por parte dos *lobbies* agrícola e ligados ao carvão, a situação agravou-se ainda mais com a derrota dos democratas nas eleições realizadas em janeiro para eleger um senador em um de seus históricos redutos, o estado de Massachusetts. O revés é explicado pela insatisfação crescente dos norte-americanos com a elevada taxa de desemprego, provocada pela crise financeira, e a reforma do sistema de saúde, menina dos olhos de Obama, mas vista como estatizante por parcela significativa da população.

Como haverá eleição para renovar um terço das cadeiras do Congresso em novembro, a tendência até lá é que o presidente Obama concentre sua agenda na economia, com adoção de medidas populares, a fim de reverter o declínio na sua taxa de aprovação. Reformas estruturais na saúde, na área de energia e clima e na educação, que dominaram a pauta em seu primeiro ano de mandato, devem ficar de lado, por enquanto.

O pior dos mundos para Obama seria perder a maioria no Congresso, o que complicaria seriamente a aprovação dessas reformas estruturais. Caso a legislação climática não seja aprovada até novembro, é pouco provável que a COP 16, a ser realizada na Cidade do México de 29 de novembro a 10 de dezembro, adote o tão aguardado acordo climático legalmente vinculante.

Imposto do carbono

Sem esse acordo, com metas globais para 2020 e 2050, devem ganhar força propostas para a criação de um imposto sobre produtos oriundos de países que não implementam programas de redução nas emissões ou o fazem em proporção inferior aos dos países importadores. A China, por exemplo, já expressou sua insatisfação com um artigo do projeto da lei de clima dos EUA que prevê a aplicação desse tipo de taxa. Na Europa, onde a redução nas emissões obriga as empresas a arcar com custos adicionais, referentes a investimentos em tecnologias limpas e compra de créditos de carbono, há um coro crescente a favor do imposto do carbono.

Seria uma maneira de atenuar o diferencial competitivo com países favorecidos no comércio internacional por não mostrar ambição similar à europeia no combate ao aquecimento global. Há quem veja ganhos potenciais para a economia verde nessa discussão, como o pesquisador Ronaldo Seroa da Motta, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). "Por temer essas barreiras comerciais, empresas tendem a aumentar seus investimentos em tecnologias de baixo carbono."

Para João Talocchi, coordenador da campanha de clima do Greenpeace, está nas mãos do grupo Basic reinjetar oxigênio nas negociações do acordo climático. "Pelo que vimos em Copenhague, há uma nova geopolítica nas negociações da Convenção do Clima. Com o poder que detém, o Basic pode mudar o jogo, puxando as demandas dos países mais vulneráveis para forçar os desenvolvidos a serem mais ambiciosos em suas metas de emissões e apoio financeiro", diz Talocchi.

Na reunião promovida pelo grupo em Nova Délhi, na Índia, em 25 de janeiro, o Basic anunciou que criará um fundo para ajudar países mais vulneráveis, como as pequenas ilhas, a se adaptarem aos impactos das mudanças climáticas. Ao oferecer assistência financeira, o grupo tentará constranger os países ricos a serem mais proativos no financiamento. O Basic também aproveitou o encontro para cobrar pressa na liberação dos US$ 10 bilhões prometidos pelos países ricos para ajudar as nações pobres e vulneráveis como parte de um pacote de US$ 30 bilhões entre 2010 e 2012. Tenta, assim, demonstrar que passa a ser um ator essencial para o sucesso de uma política internacional de combate ao aquecimento global. Afinal de contas, o grupo responde por aproximadamente 30% das emissões globais de gases-estufa e reúne quatro países que funcionam como locomotivas da economia mundial.



Leia comentários sobre os principais pontos do Acordo de Copenhague na versão digital desta análise em www.fgv.br/ces/pagina22.



Releitura

Narrativas sobrepõem-se umas às outras para inventar uma nova história. Livros transformados em escultura pelo artista californiano Mike Stilkey (www.mikestilkey.com) remetem às camadas do tempo e do solo que a Arqueologia desvenda. Nesta obra, *Wishing we were birds*, uma sucessão de páginas vai ao ar na busca de amor e liberdade. PZZ

O MUNDO
SOB NOVA DIREÇÃO.

SUSTENTABILIDADE: O NOVO CONTRATO
DA SOCIEDADE COM O PLANETA.

Participe da Conferência Internacional Ethos 2010.
Juntos, vamos dar força a essa nova cultura empresarial,
que incorpora a responsabilidade social como pilar de crescimento.
Vamos provar que a rentabilidade é consequência de novas
práticas e que o futuro está de portas abertas para empresas
que buscam crescimento com sustentabilidade.

Participe: de 11 a 14/05
Hotel Transamérica · SP
Acesse www.ethos.org.br/ci2010
e inscreva-se.

Conferência Internacional
Empresa e Responsabilidade Social
2010 São Paulo Brasil

UNIETHOS
EDUCAÇÃO PARA A RESPONSABILIDADE SOCIAL
E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ETHOS



Existem muitas maneiras de celebrar. A nossa é dizendo obrigado.

Obrigado ao povo da floresta. Obrigado à floresta. À terra.
Obrigado à nossa terra. Por ser tão nossa quanto somos dela.
Por nos dar o privilégio de ver o mundo com olhos brasileiros.
Obrigado às terras além da nossa. Por abrirem nossos olhares
para um outro mundo.

obrig40 ANOS do

Obrigado às crianças por virem ao mundo transformar
mulheres em mães. Obrigado às mulheres da nossa idade.
Às mais jovens. E às jovens há mais tempo. Obrigado ao tempo.
E à sabedoria que seus anos trouxeram. Obrigado aos dias,
à vida. À rotina que traz beleza a cada dia e nos renova.
Obrigado às nossas consultoras, nossos colaboradores.
Às mãos e corações que escrevem a nossa história.
Obrigado a todos. Parceiros. Fornecedores. Consumidores.
A cada relação que fez de nós o que somos hoje.
Que nos abraça e nos completa. Obrigado por fazer a vida
da Natura hoje, amanhã e sempre.

Obrigado!
É assim que a Natura comemora seus 40 anos.

natura
bem estar bem
www.natura.net

Camila Putignani - Fornecedora / Beto Von Poser - Fornecedor / Bruno Soares - Cliente Natura / Alessandra Pinheiro - Colaboradora / Claudete Silva Cliente Natura / Santiago de Pádua - Fornecedor / Renata Santos - Cliente Natura / Angélica Aranda - Colaboradora / Sidney Eurich - Fornecedor Nicolle - Filha da Milla / Milla Dellanoce - Colaboradora / Isaura Rocha - Consultora / Dona Alayr - Consultora / Fabiula Oliveira - Cliente Natura / Silvana Peres - Colaboradora / Noriaki Arai - Fornecedor / Anita - Filha da Erica / Erica Mizutani - Cliente Natura